

Instrução Normativa n. 05, de 26 de maio de 2017.

Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Carlos Henrique Nitão Loureiro
Procurador Federal
Coordenador da Equipe Nacional de Licitações e Contratos - ENALIC





QUAIS AS NOVIDADES?

- ✓ **Formal: capítulos; seções e subseções;**
- ✓ **Equipe de Planejamento;**
- ✓ **Gerenciamento de Risco;**
- ✓ **Fiscalização;**
- ✓ **Pagamento pelo Fato Gerador;**
- ✓ **Recebimento.**



APLICABILIDADE

Vigência: 22 de setembro
de 2017.

**Processos
Administrados**

Autuados

Registrados

Vigência: 25 de setembro
de 2017.

IN n. 05/2017/SEGES

**Processos
Administrados**

Autuados

Registrados

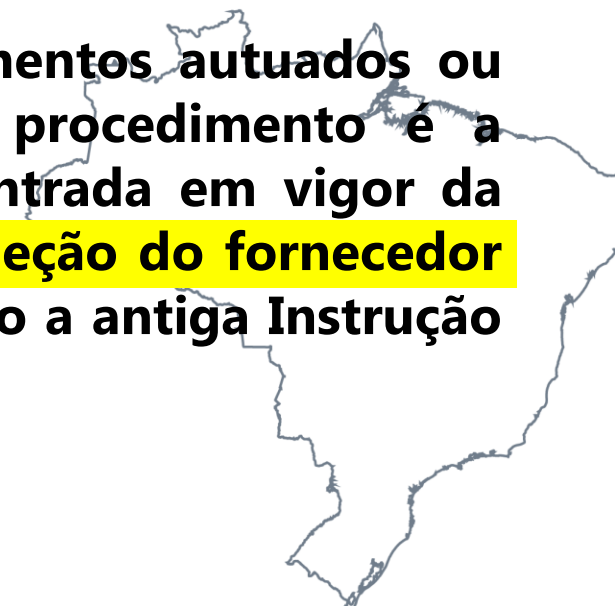


DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA

Parecer n. 00006/2017/CPLC/PGF/AGU

III. A Instrução Normativa n. 5, de 2017, somente será efetivamente aplicada aos processos de contratações públicas no dia 25 de setembro de 2017, segunda-feira, por força do artigo 23 da Lei 9.784, de 1999 - Lei do Processo Administrativo Federal -, **que determina que os atos processuais somente podem ser realizados em dias úteis.**

IV. A nova normatização ressalva de sua aplicação os procedimentos autuados ou registrados antes da sua entrada em vigor. O objetivo do procedimento é a formalização da contratação. Instaurado o processo antes da entrada em vigor da nova legislação, **as fases de planejamento (arts. 19 a 32) e de seleção do fornecedor (art. 33 a 38) não serão aplicadas a estes procedimentos**, incidindo a antiga Instrução Normativa n. 2, de 2008, da extinta SLTI.



CONTRATOS EM CURSO

V. Em relação à **fase de gestão do contrato**, o regime jurídico será o da norma procedimental vigente quando da ocorrência do fato, e não o regime de quando foi instaurado o processo administrativo ou de quando firmado o contrato, **não sendo admissível à Administração criar obrigações na fase de gestão contratual**, com base na Instrução Normativa nº 05, de 2017, que não foram exigidas no momento da seleção do fornecedor, por força da aplicação da Instrução Normativa nº 02, de 2008.



ORGANIZAÇÃO INTERNA

Disposições Gerais

Procedimento da Contratação

Planejamento da Contratação

Seleção do Fornecedor

Gestão e Fiscalização do Contrato

Disposições Finais

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, observarão, no que couber:

I - as fases de **Planejamento da Contratação**, **Seleção do Fornecedor** e **Gestão do Contrato**;

II - os **critérios e práticas de sustentabilidade**; e

III - o alinhamento com o **Planejamento Estratégico** do órgão ou entidade, quando houver.



Planejamento estratégico

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as **estratégias** para atingir suas metas e objetivos.

✓ **Correlação com o Plano Anual de Contratações**

IN n. 05/2017-SEGES

Art. 27.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá estabelecer regras e procedimentos para elaboração do Plano Anual de Contratações do órgão ou entidade, que será registrado em sistema informatizado.



Qual o objetivo da elaboração do Plano Anual de Contratações?

- ✓ **Governança e a gestão das contratações públicas;**
- ✓ **A realização de compras compartilhadas e identificar novas oportunidades de ganhos de escala nas contratações;**
- ✓ **Transparência nas contratações públicas;**
- ✓ **Mercado fornecedor poderá se planejar adequadamente.**



PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES: documento que consolida informações sobre todos os itens que o órgão ou entidade **planeja contratar no exercício subsequente**, acompanhado dos respectivos Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, conforme regulamento a ser expedido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.



IN n. 01, de 29 de março de 2018

Dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

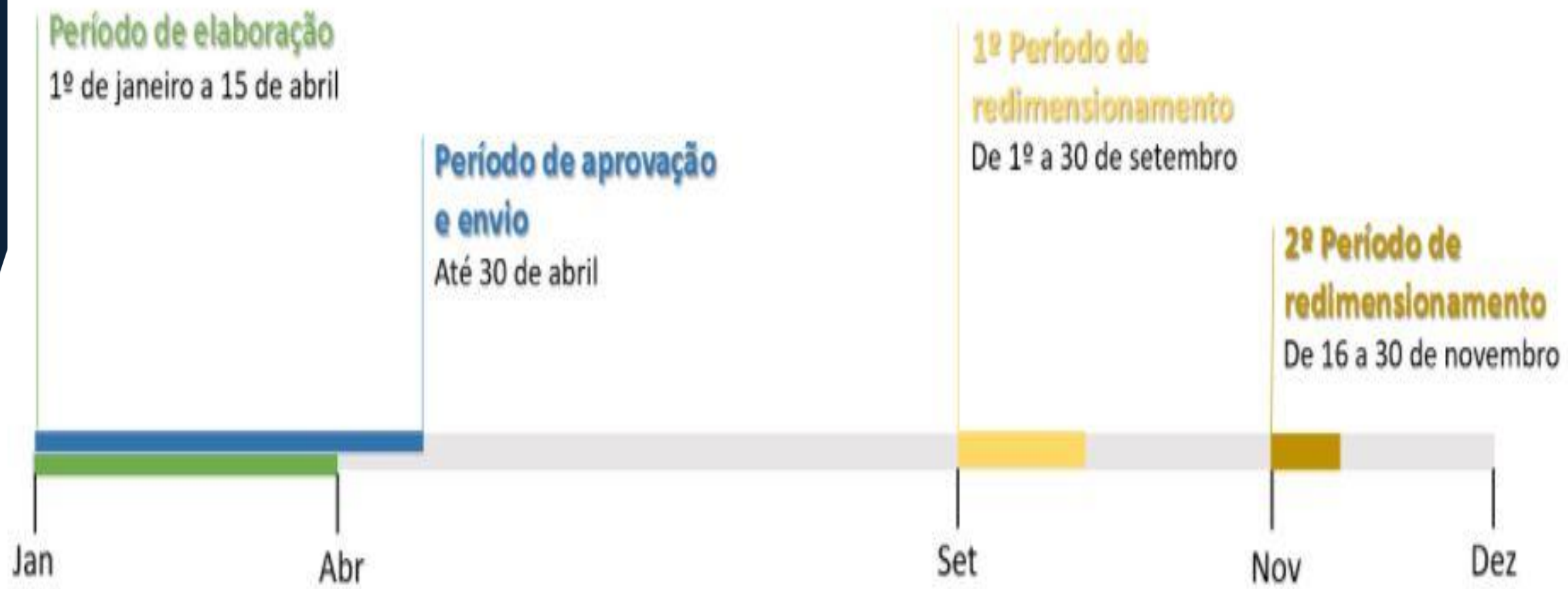
Art. 15. A elaboração do Plano Anual de Contratações, mediante a utilização do Sistema PGC, é facultativa no ano de entrada em vigor desta Instrução Normativa e obrigatória a partir do ano subsequente.



Art. 10. Os setores requisitantes devem encaminhar ao setor de licitações, até a data de 1º de abril do ano de elaboração do Plano Anual de Contratações, a lista dos itens que pretendem contratar no exercício subsequente, acompanhada das informações constantes no art. 5º, bem como do rol das contratações cuja vigência se pretende renovar no exercício subsequente, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§1º A indicação do rol de contratações cuja vigência se pretende renovar no exercício subsequente será acompanhada dos respectivos Gerenciamentos de riscos da fase de gestão contratual.





Exceções ao SPGC

- ✓ **As contratações emergenciais e remanescentes (inciso IV e XI do art. 24 da Lei 8.666/1993);**
- ✓ **As dispensas de licitar nos termos dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993 ;**
- ✓ **renovação de vigência contratual.**



DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

Terceirização

Art. 7º da IN 05/2017/SEGES

Decreto n. 2.271/1997

Lei n 9.632/1998

Concurso Público

Art. 37, II, CF



TERCEIRIZAÇÃO

Origem: Segunda Guerra Mundial – USA > processo de fabricação de armas.

Solução: Transferir a execução de atividades secundárias para empresas prestadoras de serviços.

Atividades
Essenciais
FIM

Atividades
Secundárias
MEIO

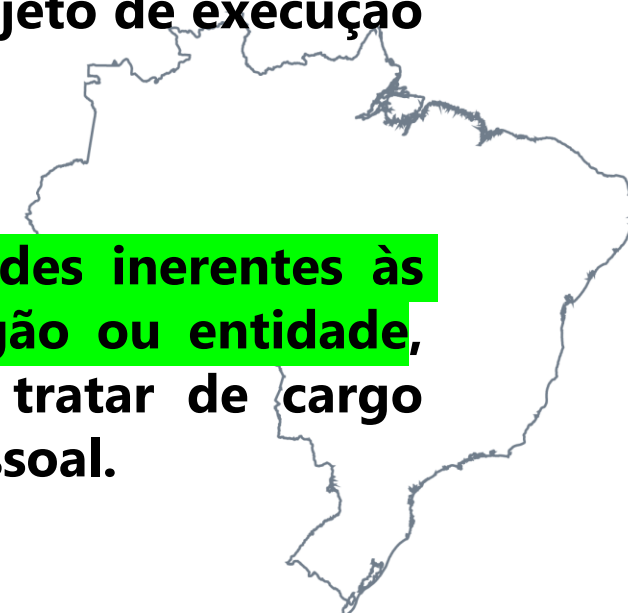


Decreto n. 2.271/1997

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

§ 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.



Art. 9º Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

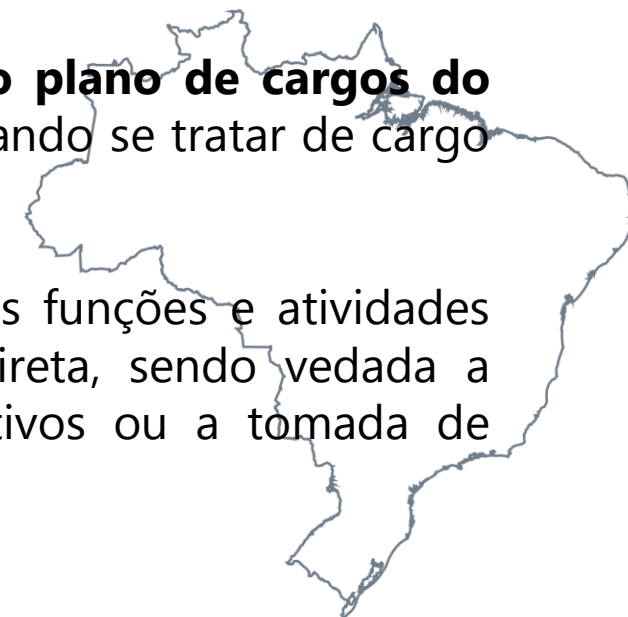
I - atividades que envolvam a **tomada de decisão ou posicionamento institucional** nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - as **atividades consideradas estratégicas** para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao **poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção**; e

IV - as atividades inerentes às **categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade**, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.



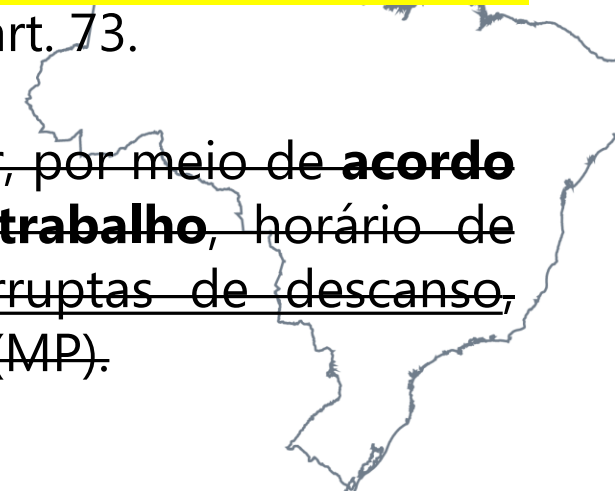
REFORMA TRABALHISTA

❑ Jornada 12 x 36: Art. 59-A, CLT.

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 e em leis específicas, é facultado às partes, **por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho**, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A **remuneração mensal pactuada** pelo horário previsto no caput **abrange** os pagamentos devidos pelo **descanso semanal remunerado** e pelo descanso em **feriados** e serão **considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno**, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73.

~~§ 2º É facultado às entidades atuantes no **setor de saúde** estabelecer, por meio de **acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho**, horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação. (MP).~~



Convenção Coletiva de Trabalho
Acordo Coletivo de Trabalho
Acordo Individual de Trabalho → saúde

Remuneração mensal abrange:

- a) Pagamento pelo DSR (horas extras)**
- b) Descanso em feriados (horas extras)**
- c) Compensação de feriado e prorrogação de trabalho noturno
(22h as 5h – 20%)**

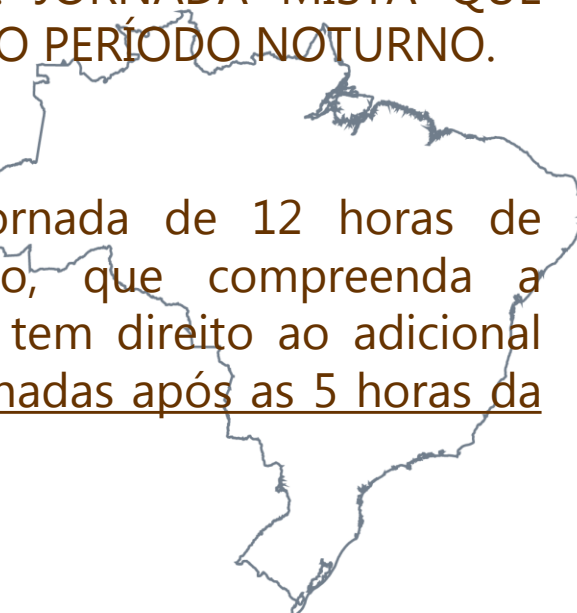
Art. 8º, §2º, da CLT:

§ 2º Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho **não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.**

S. 444/TST: É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, **prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho**, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado **não** tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

OJ-SDI1-388 JORNADA 12X36. JORNADA MISTA QUE COMPREENDA A TOTALIDADE DO PERÍODO NOTURNO. ADICIONAL NOTURNO. DEVIDO.

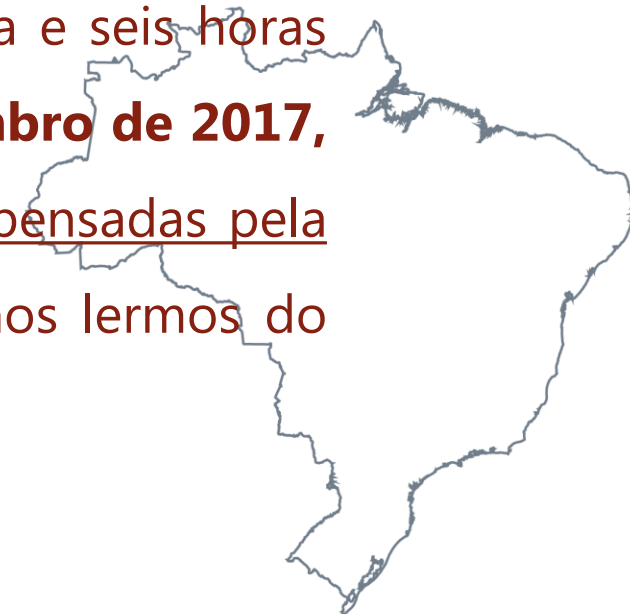
O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã.



JORNADA 12X36. ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA QUE COMPREENDA A TOTALIDADE DO PERÍODO NOTURNO.

I - **Até 10 de novembro de 2017**, o empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã.

II - Na jornada de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, **pactuada a partir de 11 de novembro de 2017**, início de vigência da Lei n.º 13.467/2017, consideram-se compensadas pela remuneração mensal as prorrogações de trabalho noturno, nos termos do art. 59-A, parágrafo único, da CLT.

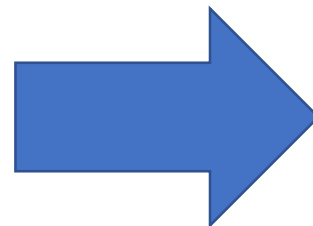


Fundamento para Revisão

Lei n. 8.666/1995

Art. 65 (...)

§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a **REVISÃO** destes para mais ou para menos, conforme o caso.



Fato do Príncipe

Álea econômica extraordinária e extracontratual.



REGIME DE TEMPO PARCIAL

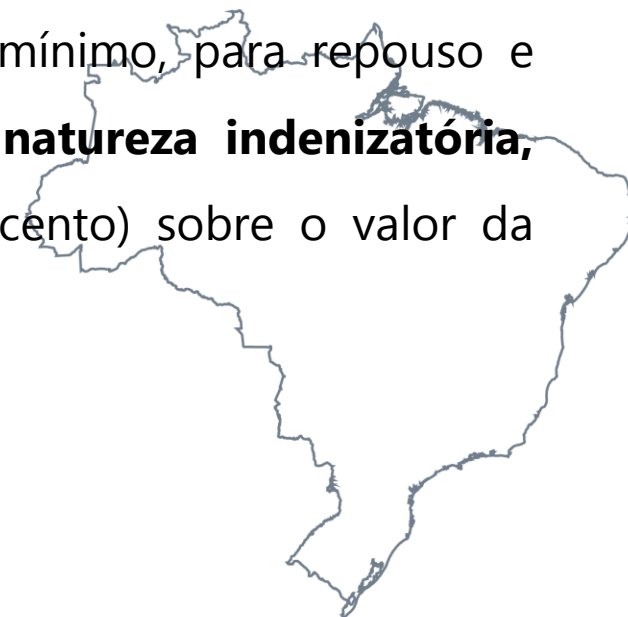
Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a **trinta horas semanais (30)**, SEM a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a **vinte e seis horas semanais**, COM a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.



☐ Intervalo repouso para alimentação - Intrajornada

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, **salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário**, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de **natureza indenizatória, apenas do período suprimido**, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.



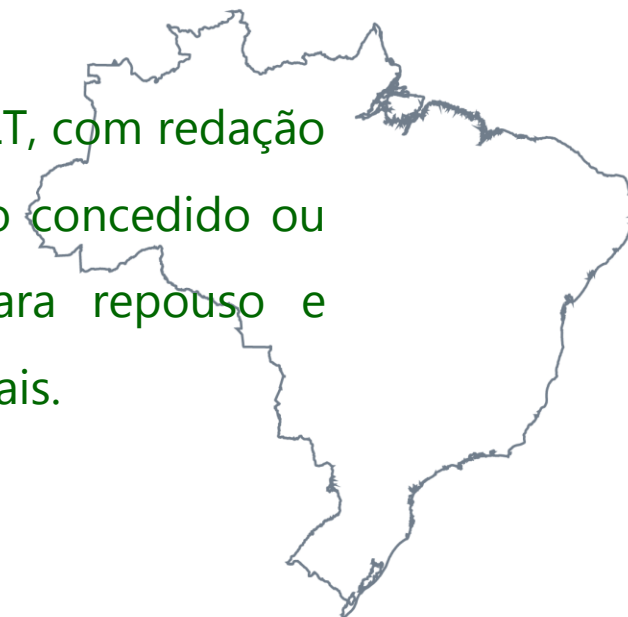
Art. 611-A. A **convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho**, observados os [incisos III e VI do caput do art. 8º da Constituição](#), **têm prevalência sobre a lei** quando, entre outros, **dispuserem sobre**:

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;



S. 437: I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho** (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

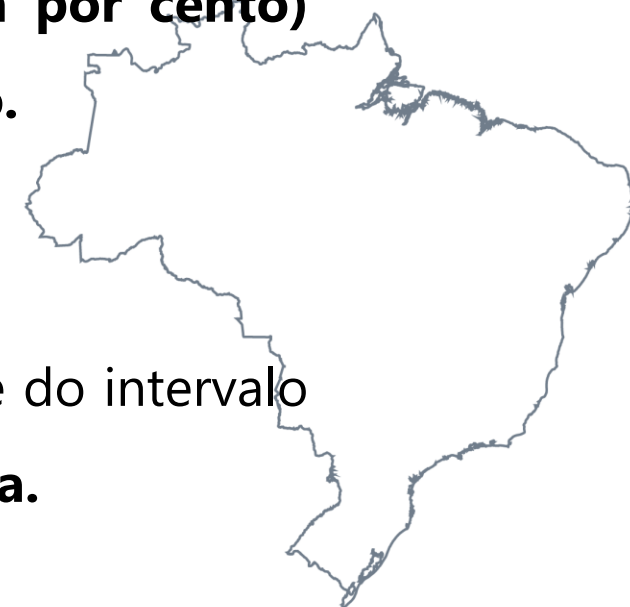
III - **Possui natureza salarial** a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.



S.437/TST: INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO.
APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT.

I - **A partir de 11 de novembro de 2017**, data de vigência da Lei n. 13.467/2017. **A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação**, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora nominal de trabalho.

II - A partir de 11 de novembro de 2017, a parcela decorrente do intervalo intrajornada mínimo suprimido ostenta **natureza indenizatória.**



❑ Serviços em dias de repouso e/ou ponto facultativo

Art. 5º **É vedado** à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

VII - **conceder** aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como **recesso, ponto facultativo**, dentre outros.

Levantamento da Necessidade: Suspensão das atividades + desconto dos benefícios.

✓ **Auxílio-alimentação e vale transporte.**

OBS.: Nota Técnica nº 66/2018-MP – orienta a formalização dos descontos de auxílio-alimentação e vale transporte.



Art. 6º A Administração **não se vincula** às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. **É vedado** ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho **que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública**.



Parecer n. 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU

Aprovado pelo Despacho de 14 de maio de 2018 – Ministro de Estado do Trabalho


- ❑ Não existe direito adquirido a regime jurídico;**
- ❑ Salário e Remuneração;**
- ❑ CF > art. 7º, VI > Irredutibilidade salarial, salvo por ACT ou CCT.**



Parecer n. 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **entende-se que mesmo a perda de eficácia do artigo 2º da MP 808/2017**, a qual estabelecia de forma explícita, apenas a título de esclarecimento, a aplicabilidade imediata da Lei 13.467/2017 a todos os contratos de trabalho vigentes, **não modifica o fato de que esta referida lei é aplicável de forma geral, abrangente e imediata a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT** (Decreto-lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943), *inclusive, portanto, àqueles iniciados antes da vigência da referida lei e que continuaram em vigor após 11/11/2017*, quando passou a ser aplicável a Lei 13.467/2017.



CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 14. Os serviços considerados **comuns** são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

Parágrafo único. **Independentemente de sua complexidade**, os serviços podem ser enquadrados na condição de serviços comuns, desde que atendam aos requisitos dispostos no caput deste artigo.

ON n. 54/AGU: Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.



Serviço contínuo tem que ser essencial?

| IN 05/2017 | Lei n. 8.666/1993 |
|---|--|
| Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, <u>pela sua</u> essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua... | Art. 57, II : à prestação de serviços a serem executados de forma contínua... |

Art. 16. Os **serviços considerados não continuados ou contratados por escopo** são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Aplica-se a obras e serviços comuns de engenharia?

Acórdão 719/2018 – Plenário – TCU
Não se aplica a contratação de obras.



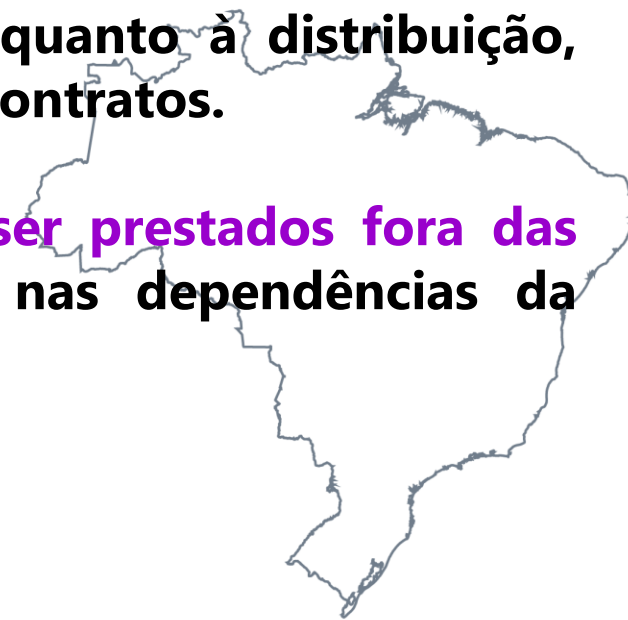
Art. 17. Os serviços com regime de **dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:**

I - os empregados da contratada **fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;**

II - a contratada **não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e**

III - a contratada possibilite a **fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.**

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput **poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.**

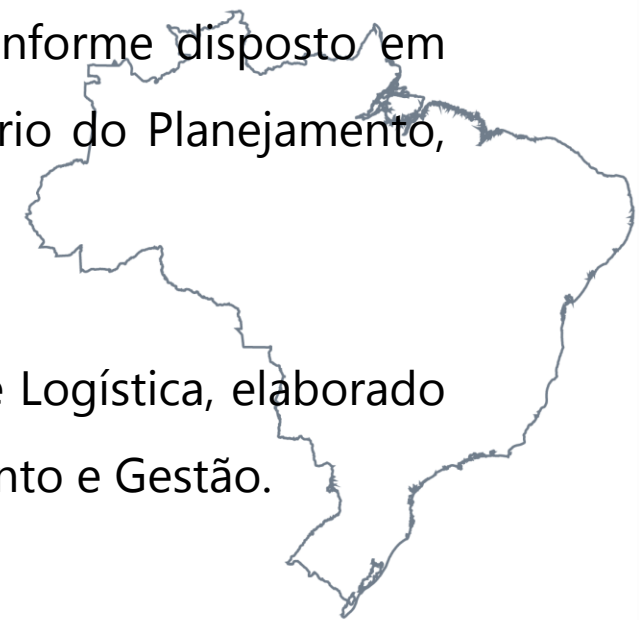


Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, **o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos**, conforme especificado nos arts. 25 e 26, **obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.**

§ 1º Para o tratamento dos riscos previstos no caput, poderão ser adotados os seguintes controles internos:

I - **Conta-Depósito Vinculada** — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou

II - **Pagamento pelo Fato Gerador**, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

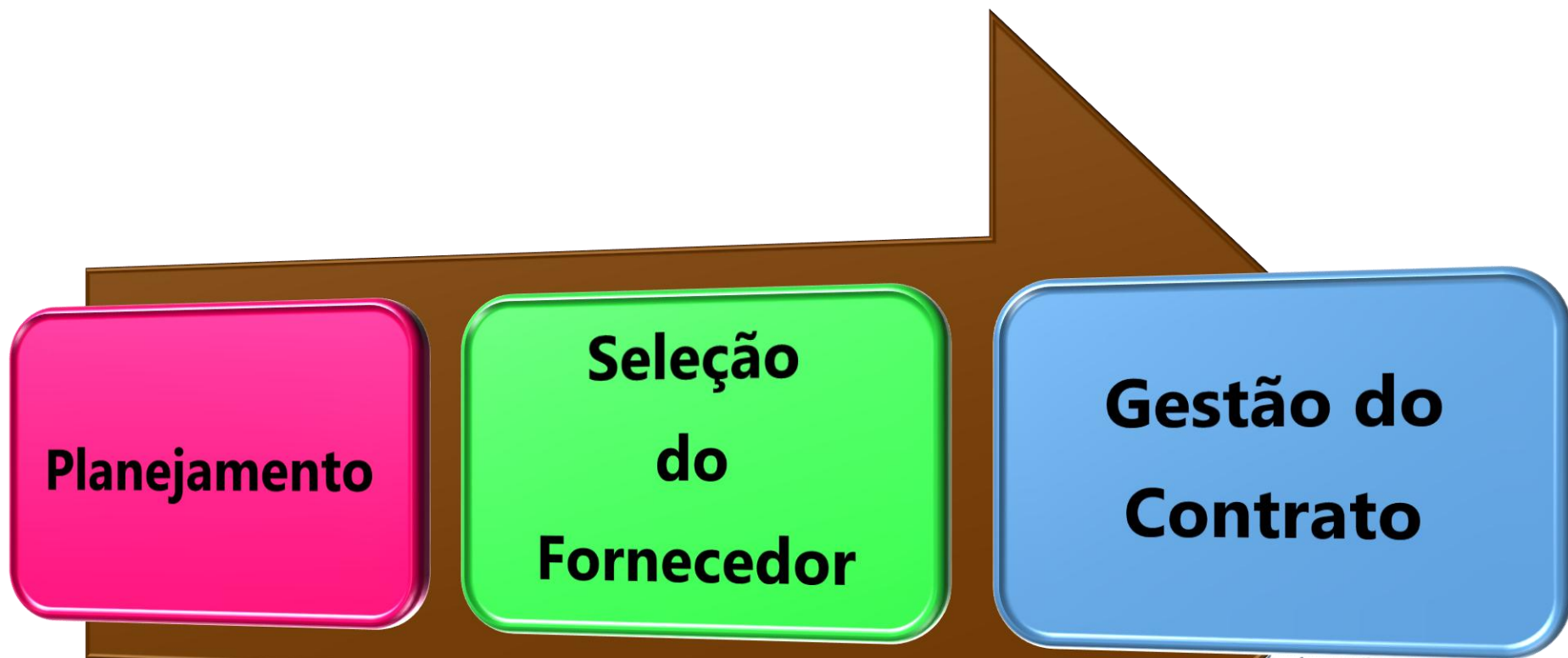


PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO

- ☐ Decreto-Lei n. 200/1967 > art. 6º > Princípio do Planejamento;
- ☐ Lei n. 8.666/1993;
- ☐ Decreto n. 3.555/2000;
- ☐ IN n. 02/2008/SLTI/MPOG;
- ☐ IN n. 05/2017/SEGES/MPDG.



PROCEDIMENTO TRIFÁSICO



- Identifica a necessidade;
- Avaliação de riscos;

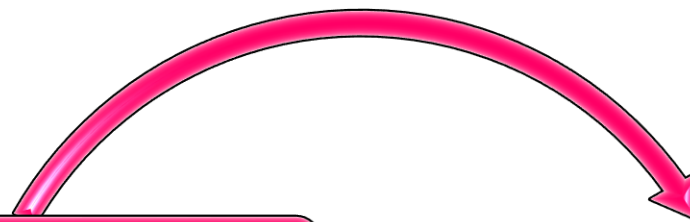
Planejamento

Seleção

- Modelos;
- Menor preço;

- Controle de Resultados;
- Obrigações Trabalhistas;

Fiscalização



PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Identificar a necessidade

Definir o encargo do particular

Reduzir Riscos

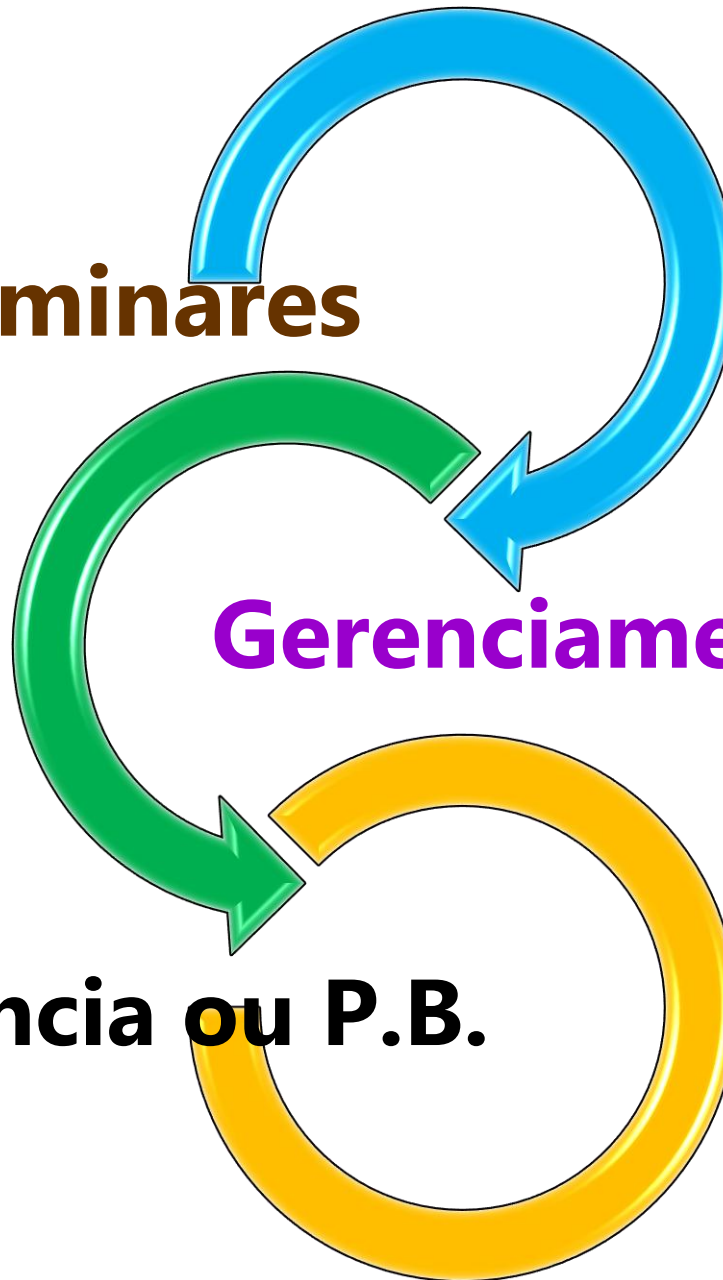
**Fixar as regras do jogo -
edital**



Estudos Preliminares

Gerenciamento de Risco

Termo de Referência ou P.B.



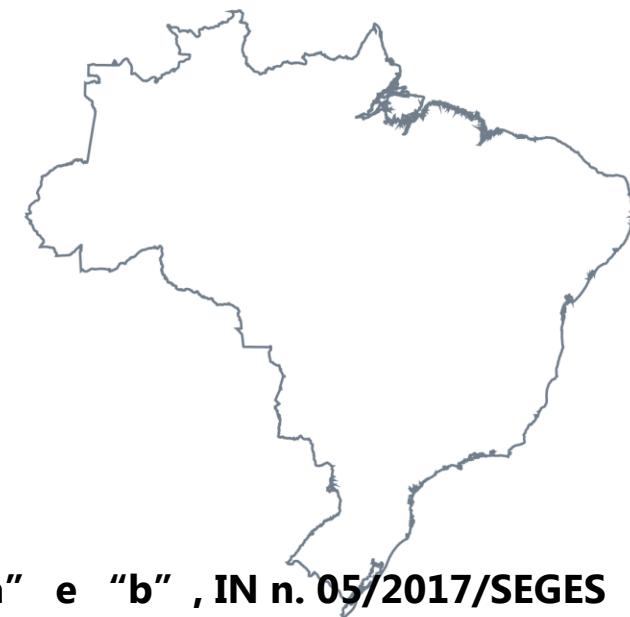
Gerenciamento de Riscos, Estudos Preliminares

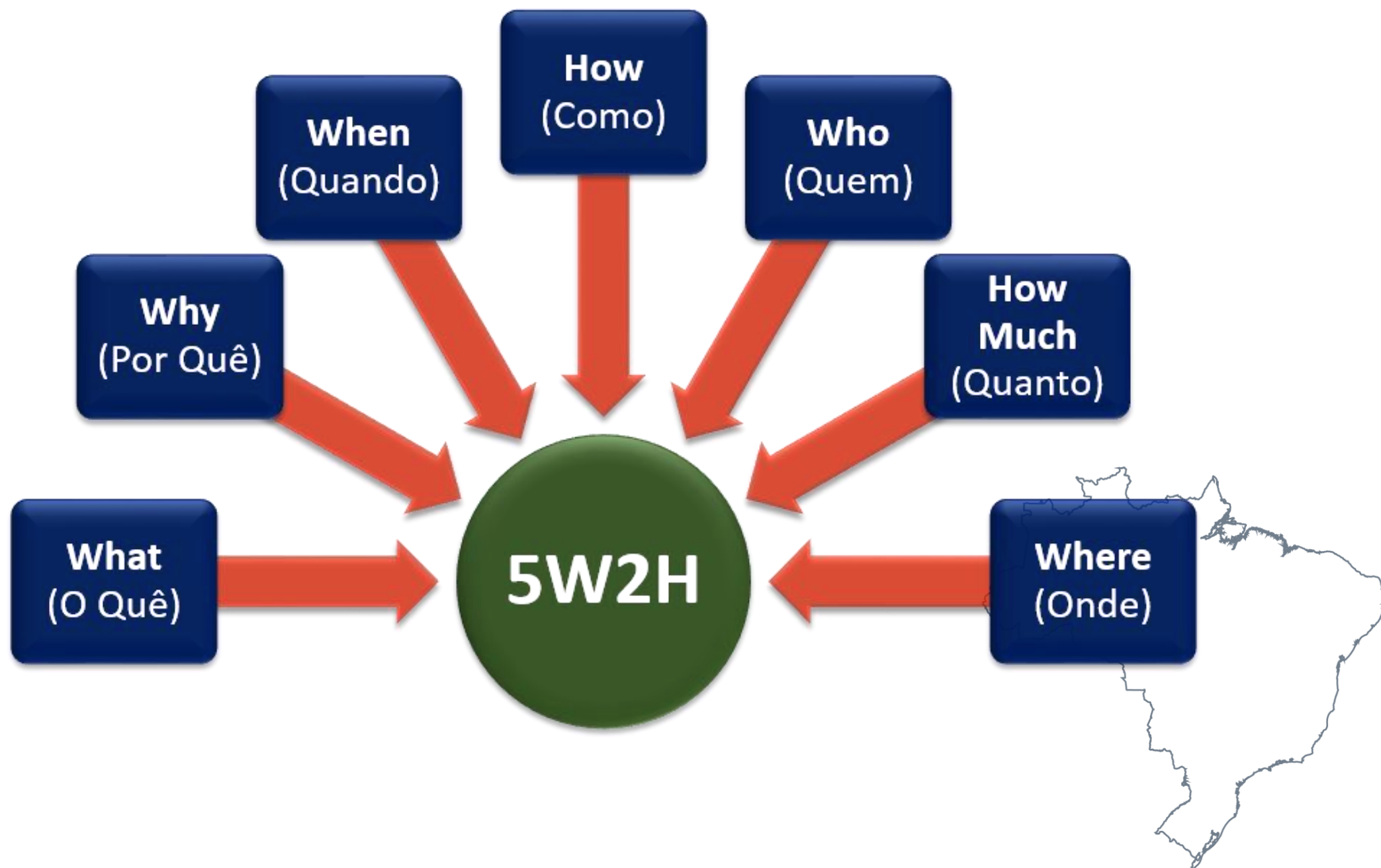
Art. 24, I e II – valor.

Art. 24, IV – emergencial.

Art. 24, XI - remanescente

Prorrogação de vigência – contínuos.





What (o quê?): Objeto da contratação

Who (quem?): Contratante ou contratado

Why (por quê?): Necessidade

Where (onde?): Local da prestação do serviço

When (quando?): Duração do contrato

How (como?): Forma de prestação do serviço

How much (quanto?): Implicação orçamentária



Necessidade

- **Qual é o problema?**

Demanda

- **Certa ou Incerta**
- **Precisa ou Imprecisa**

Solução

- **O objeto para resolver o problema > mercado.**

NECESSIDADE



SOLUÇÃO



NECESSIDADE



SOLUÇÃO



Procedimentos Iniciais: Elaboração do Planejamento

Art. 21. Os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas seguintes atividades:

I - elaboração do documento para formalização da demanda pelo setor requisitante do serviço, conforme modelo do Anexo II, que contemple:

II - envio do documento de que trata o inciso I deste artigo ao setor de licitações do órgão ou entidade; e

III - designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitações.



Procedimentos Iniciais: Formalização da Demanda

O que é o Documento de Formalização da Demanda?

- Documento, assinado pelo **SETOR REQUISITANTE**, que apresenta a **necessidade** da contratação.

Qual o risco que decorre da não formalização da demanda?

Qual o risco que decorre quando a formalização da demanda não é feita pelo setor requisitante?



Documento de Formalização da Demanda

Setor requisitante

- 1. Justificativa – Por quê?**
- 2. Quantitativos – Quanto?**
- 3. Previsão de início dos serviços – Quando?**
- 4. Indicação de Servidor - Equipe de Estudos preliminares e Gerenciamento de Riscos e Fiscal - Quem?**



Art. 21. Os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas seguintes atividades:

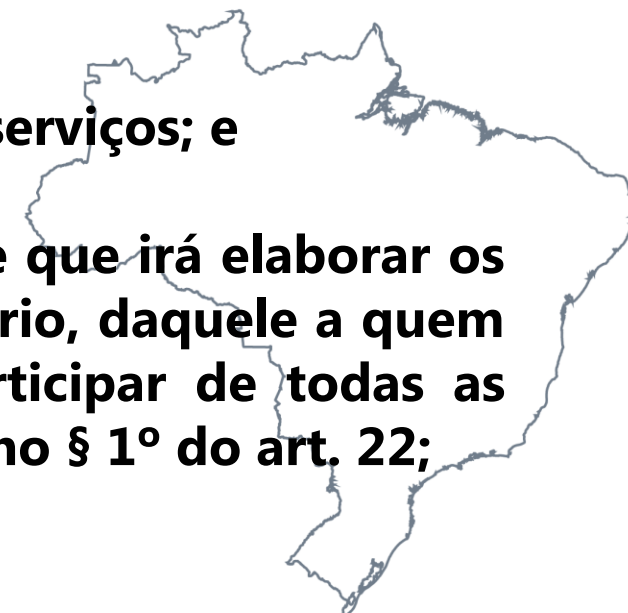
I - elaboração do documento para formalização da demanda pelo setor requisitante do serviço, conforme modelo do Anexo II, que contemple:

a) a justificativa da necessidade da contratação explicitando a opção pela terceirização dos serviços e considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso;

b) a quantidade de serviço a ser contratada;

c) a previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços; e

d) a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que irá elaborar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação, observado o disposto no § 1º do art. 22;



**Documento de formalização da demanda >
apresenta o problema > a necessidade.**

Estudos preliminares > identifica a solução mais adequada.



**ANEXO II
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

| | |
|--|-------------------------|
| Órgão | |
| Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): | |
| Responsável pela Demanda: | Matricula/SIAPE: |
| E-mail: | Telefone: () |

| | |
|--|-------|
| 1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso. | |
| | |
| 2. Quantidade de serviço a ser contratada | |
| | |
| 3. Previsão de data em que deve ser <u>iniciada</u> a prestação dos serviços | |
| | |
| 4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização | |
| Nome | Nome |
| Siape | Siape |
| | |
| Local/ data | |
| Responsável pela Formalização da Demanda | |



Equipe de Planejamento: art. 22

☐ **Conhecimentos técnicos e de
uso do objeto;**

☐ **Conhecimento licitações e
contratos.**

Equipe Multidisciplinar



Art. 22. Ao receber o documento de que trata o inciso I do art. 21, a **autoridade competente do setor de licitações** poderá, se necessário, indicar servidor ou servidores que atuam no setor **para compor a equipe de Planejamento da Contratação.**

A **referida autoridade**, para fins do disposto nesta Instrução Normativa, é aquela que possui **poder de decisão indicada na lei ou regimento interno** do órgão ou entidade como responsável pelas licitações, contratos, ou ordenação de despesas, podendo haver mais de uma designação a depender da estrutura regimental.



É possível recusar a indicação para compor a equipe de planejamento?



Art. 116. São deveres do servidor:

IV - cumprir as ordens superiores, EXCETO quando manifestamente ilegais;



Art. 22. (...)

§ 1º A equipe de Planejamento da Contratação é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 2º Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação **devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.**



**Setor
Requisitante**



**Setor
Licitações**



**Equipe
Planejamento**



Estudos Preliminares: Anexo III

Qual o Objetivo?

- a) Soluções no mercado
- b) Objeto
- c) Viabilidade da contratação

Exemplo: Fornecimento de água.

☐ Diretrizes Gerais

1. Listar os instrumentos normativos;
2. Histórico da contratação;
3. Avaliação para classificação nos termos da Lei de Acesso à Informação.



ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS

**Necessidade da contratação
(por quê?)**

**Estimativa das quantidades
(quanto?)**

**Estimativas de preços ou
preços referenciais (quanto?)**

**Justificativas para o
parcelamento ou não
(como? por que?)**

**Declaração da viabilidade ou
não da contratação
(conclusão do estudo)**

ELEMENTOS FACULTATIVOS

**Referência a outros instrumentos
de planejamento (por quê?)**

**Requisitos da contratação
(o quê? como? quando?)**

**Levantamento de mercado
(como? por quê? quanto?)**

**Descrição da solução como
um todo (o que?)**

**Demonstrativo dos resultados
pretendidos (o que? como?)**

**Providências para adequação do
ambiente do órgão (como? onde?)**

**Contratações correlatas
(como?)**



É obrigatória a elaboração dos estudos preliminares?



Lei n. 10.520/2002

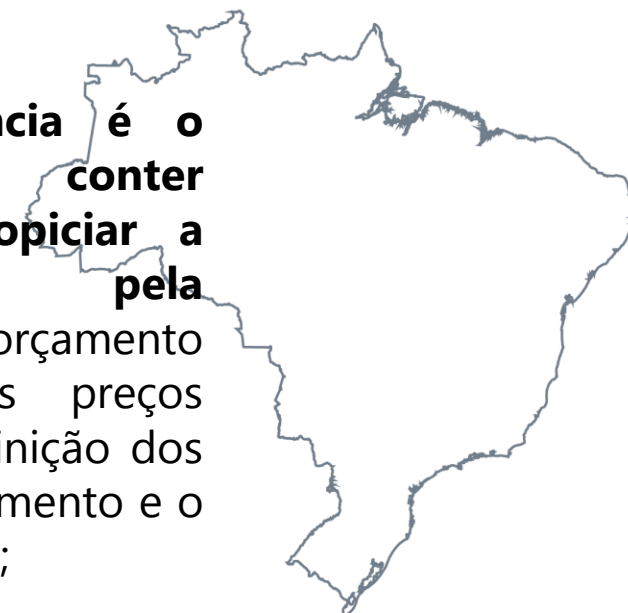
Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo **e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados**, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;

Decreto n. 3.555/2000

Art. 8º (...)

II - o **termo de referência** é o **documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração**, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;



Necessidade da contratação (por quê?)

Deve ser fornecida pela **unidade requisitante** da contratação.

Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos – PDI.

Informar a **política pública** a que esteja vinculada ou a ser instituída pela contratação, quando couber.



Requisitos da contratação (o quê? como? quando?)

- ✓ **Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;**

Lei n. 8.666/1993

Art. 37)º, § 1º **É vedado** aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem** o seu caráter competitivo,

Ex.: Contratação de serviços de seguro para veículos.

- Abrangência da cobertura;
- Serviço de reboque com cobertura nacional;
- Número e a localização de oficinas credenciadas.



- ✓ **Classificação dos serviços;**
- ✓ Se possível, incluir **critérios de sustentabilidade** como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;
- ✓ Avaliar a **duração inicial** da contratação;
- ✓ Se for o caso, analisar a necessidade de **transição contratual** com transferência de conhecimento;
- ✓ Identificar as **soluções do mercado** (produtos, fornecedores, fabricantes) que atendam os requisitos;



Estimativa das quantidades (quanto?)

- ✓ **Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades;**
- ✓ **Incluir nos autos as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;**
- ✓ **Utilizar informações das contratações anteriores, se for o caso;**
- ✓ **Materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação;**



Levantamento de mercado (como? por quê? quanto?)

- ✓ **Considerar diferentes fontes**, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades;
- ✓ **Audiência pública** em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto;



Estimativas de preços ou preços referenciais (quanto?)

- ✓ **Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais;**

IN n. 05/2014/SLTI – art. 2º, §2º;

§2º Serão utilizados, como **metodologia** para obtenção do preço de referência para a contratação, a **média, a mediana ou o menor dos valores** obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexecutáveis e os excessivamente elevados.

§4º Os preços coletados **devem ser analisados de forma crítica**, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.



Pesquisa de mercado e Pesquisa de Preços?

a) Confronto: necessidade administrativa x soluções do mercado

- art. 15, §1º, da Lei n. 8.666/1993
- objetos; características; especificações; riscos; garantias, preços, etc.

b) Estimativa de Preços ou Preços Referenciais;

- IN n. 05/2014 > ordem de preferência.



A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação **NÃO DEVE** se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo, ainda, ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referência de custos. (TCU – 1604/2017).

A pesquisa de preços que antecede a elaboração do orçamento de licitação **demandava avaliação crítica dos valores** obtidos, a fim de que sejam descartados aqueles que apresentem grande variação em relação aos demais e, por isso, comprometam a estimativa do preço de referência. (TCU – 403/2013 – Primeira Câmara).

A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação **NÃO PODE ter como único foco propostas solicitadas a fornecedores**. Ela deve priorizar os parâmetros disponíveis no Painel de Preços do Portal de Compras do Governo Federal e as contratações similares realizadas por entes públicos, em observância à IN-SLTI 5/2014. (TCU – 718/2018 – Plenário)



**Descrição da solução como
um todo (o que?)**

- ✓ **Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração;**



**Justificativas para o
parcelamento ou não
(como? por que?)**

- ✓ **O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item;**
- ✓ **Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o **mercado fornecedor**;**

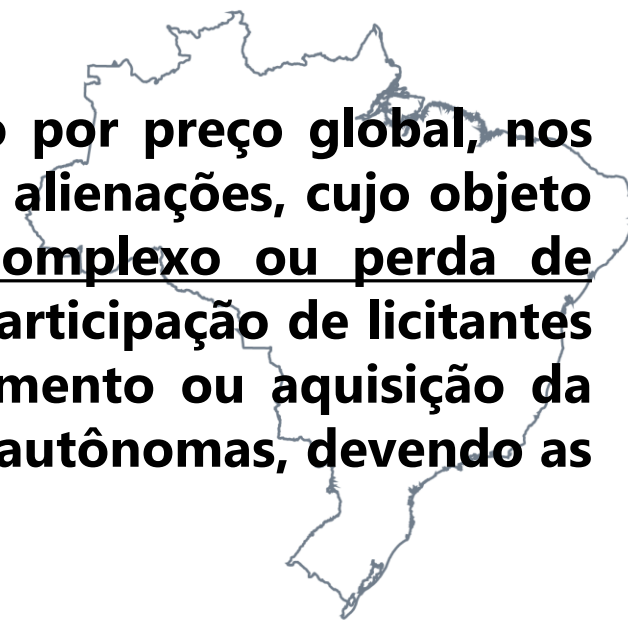
Parcelamento e Fracionamento?



A existência de empresa capaz de prestar todos os serviços licitados pode justificar a ausência de parcelamento do objeto?

Art. 23: [...] § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, **procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado** e à **ampliação da competitividade** sem perda da economia de escala.

TCU – 247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o **objetivo** de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



Guia para orientar a decisão sobre o parcelamento

- ✓ **É tecnicamente viável dividir a solução?**
- ✓ **É economicamente viável dividir a solução?**
- ✓ **Não há perda de economia de escala ao dividir a solução?**
- ✓ **Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?**

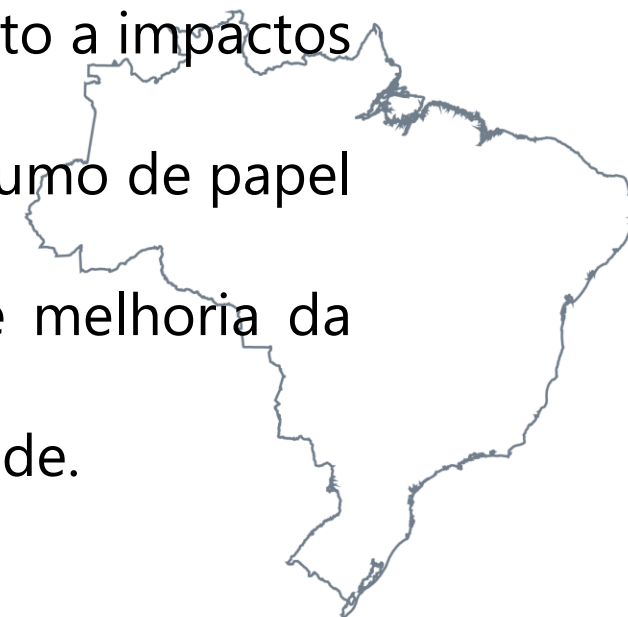


9.1.16 deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática; (TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário).



Demonstrativo dos resultados pretendidos (o que? como?)

- ✓ Declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.



Providências para adequação do ambiente do órgão (como? onde?)

- ✓ **Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores;**
- ✓ **Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;**
- ✓ **Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.**



**Declaração da viabilidade ou
não da contratação
(conclusão do estudo)**

- ✓ **Explicitamente** declarar que a contratação é viável ou que a contratação não é viável, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

Obs.: Sempre que for possível identificar os servidores que participarão da fiscalização do contrato, os quais poderão ser convidados a participar do Planejamento da Contratação.



Por quê a licitação saiu errada?

Qual o motivo da má qualidade do bem ou serviço?



Qual o motivo do descompasso entre o idealizado e o realizado?

O problema está na licitação em si?

O problema está no tipo de licitação menor preço?

O problema está na vedação da indicação de marca?



Estudos Preliminares orienta a elaboração do Termo de Referência > art. 28, In 05/2017/SEGES

**Definição do objeto > precisa, suficiente e clara > art. 8º,
Decreto n. 3.555/2000**

**Serviços comuns > “cujos padrões de
desempenho e qualidade possam ser
objetivamente definidos pelo ato
convocatório”**



Qual o critério para selecionar o objeto? **Menor preço!!!**

Como obter o menor preço?

Analizando o produto/serviço que atenda as especificações técnicas.

Analizando o produto/serviço que atenda os parâmetros objetivos de qualidade.

Logo, o MENOR PREÇO, será o MELHOR PREÇO quando...

alcançar o menor valor dentre aqueles que atendam os parâmetros objetivamente definidos!!!!



O problema não está:

- a) No procedimento licitatório....
- b) No tipo menor preço.....
- c) Na vedação de indicação de marca...

O problema está:

- a) Nas falhas do planejamento...
- b) Nas falhas da especificação técnica do objeto....
- c) Na falta de parâmetro objetivo de qualidade...



❑ Crosby – empresário e escritor – E.U.A. > Conceito de Zero Defeito.

Qualidade é a conformidade com as especificações.

Na contratação pública > plena conformidade com as especificações > corresponderá ao cumprimento da qualidade.



GERENCIAMENTO DE RISCOS



**Informações
Especulativas**

**Fatos
Futuros**

**Impactar
Objetivos**



**Processo
Decisório**



“Processo para identificar, avaliar, tratar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização”



O QUE SÃO RISCOS?

Risco e Problema são a mesma coisa?


Risco é o efeito da incerteza sobre os objetivos.



Problema é algo concreto; indesejável.



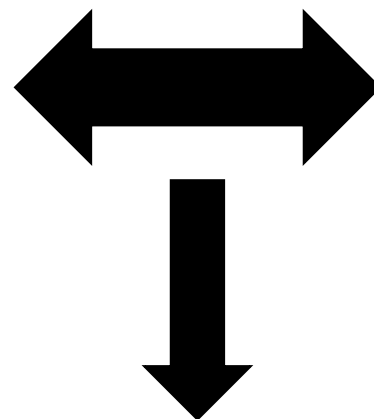
Art. 25. (...) I - identificação dos principais
riscos **que possam comprometer a efetividade**
do planejamento da contratação, da seleção
do fornecedor e da gestão contratual **ou** **que**
impeçam o alcance dos resultados **que**
atendam às necessidades da contratação;





MENSURAÇÃO DO RISCO

**Probabilidade
de
Ocorrência**



**Dimensão
do
Impacto**

**Nível
de
Risco**

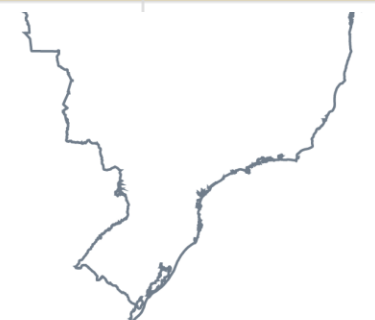


AVALIAÇÃO DO RISCO



| | |
|---------------|---------------------------------|
| Risco | Perda de Informações Essenciais |
| Probabilidade | Média |
| Impacto | Grave |

| Probabilidade / Impacto | Sem Impacto | Leve | Médio | Grave | Gravíssimo |
|-------------------------|-------------|------|-------|---------------|------------|
| Quase certo | | | | | |
| Alta | | | | | |
| Média | | | | Risco Extremo | |
| Baixa | | | | | |
| Raro | | | | | |



Gerenciamento de Risco

Etapa da
Fase de Planejamento



Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

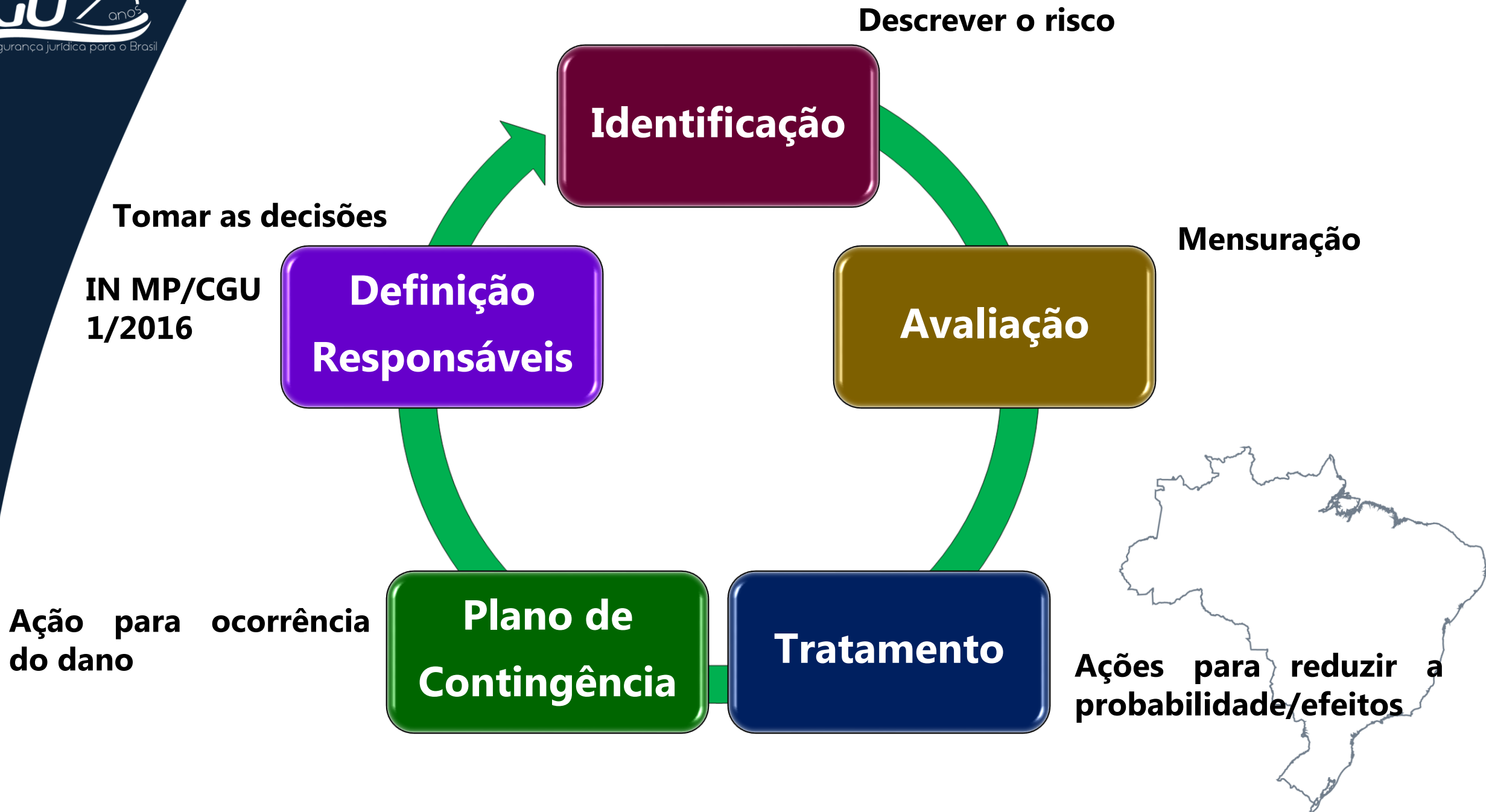
II - Gerenciamento de Riscos;

Gerenciamento de Risco

Processo de Trabalho

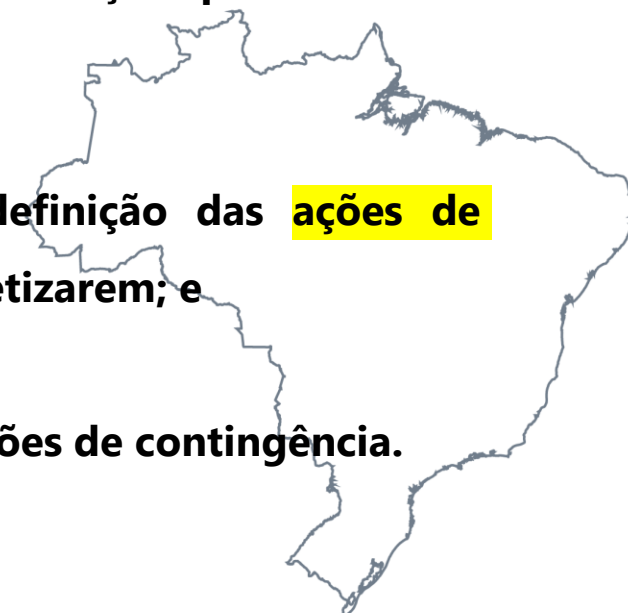


Art. 25. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades



Art. 25. O Gerenciamento de Riscos é um processo que consiste nas seguintes atividades:

- I - identificação dos principais riscos** que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação;
- II - avaliação dos riscos identificados**, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;
- III - tratamento dos riscos considerados inaceitáveis** por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;
- IV - para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência** para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem; e
- V - definição dos responsáveis** pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.



Art. 26. O Gerenciamento de Riscos materializa-se no documento Mapa de Riscos.

§ 1º O Mapa de Riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação, pelo menos:

I - ao final da elaboração dos Estudos Preliminares;

II - ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;

III - após a fase de Seleção do Fornecedor; e

IV - após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.



**ANEXO IV
MODELO DE MAPA DE RISCOS**

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

| RISCO 01 | | |
|-----------------------|-----------------------------|--------------------|
| Probabilidade: | () Baixa | () Média |
| Impacto: | () Baixa | () Média |
| Id | Dano | |
| 1. | | |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1. | | |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1. | | |

| RISCO 02 | | |
|-----------------------|-----------------------------|--------------------|
| Probabilidade: | () Baixa | () Média |
| Impacto: | () Baixa | () Média |
| Id | Dano | |
| 1. | | |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1. | | |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1. | | |

| RESPONSÁVEL/ RESPONSÁVEIS |
|---|
| <div> <div></div> <div>Responsável/ Responsáveis</div> </div> |



ETAPA - Planejamento da Contratação.

| Risco | causa | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco | | Possível tratamento | Plano de Ação | |
|---|--|---------------|---------|----------------|----------|---------------------|---|---|
| | | | | Pontuação | Nível | | Preventiva | Contingência |
| Contratação superfaturada acima do preço de mercado | Preço de referência superdimensionado | 2 | 5 | 10 | moderado | reduzir | Utilizar na pesquisa, majoritariamente, preços licitados e comparar propostas com o valor de contratos de outros estados caso não exista contrato no mesmo local. | Refazer a pesquisa de mercado |
| Interrupção da prestação dos serviços | Preço de referência subdimensionado | 3 | 5 | 15 | alto | tratamento enérgico | Analisar composição de custo nas planilhas do preço homem cautelosamente, conferindo os percentuais obrigatórios e comparando-as com preços licitados | Refazer a pesquisa de mercado |
| Atraso na contratação | Ausência de documentos obrigatórios na instrução do processo | 2 | 2 | 4 | baixo | aceitar | Seguir check list antes de encaminhar o processo | Atender a demanda da CPL ou CJU |
| Atraso na contratação | Planilhas de custos com erros ou mal elaboradas. | 2 | 4 | 8 | moderado | reduzir | Realizar testes e simulações com a planilha usando os dados do contrato atual e realizar diligências junto a sindicatos, prefeituras etc | Realizar as correções necessárias |
| Atraso na contratação | Não cumprimento do prazo estabelecido para o planejamento da contratação | 2 | 5 | 10 | moderado | reduzir | Alerta formal da Coordenação c/20 dias antes do término do prazo de 90 dias estipulado para entrega do termo à CPL. | Coordenação tomar as providências cabíveis, podendo ser até o caso de reforçar a equipe |
| Licitação fracassada ou deserta | Exigências desnecessárias como requisitos para a contratação | 1 | 5 | 5 | baixo | aceitar | Adotar modelo de minutas da AGU/CGU e validar com o fiscal, membro da comissão, as obrigações específicas. | Realizar as correções necessárias ajustando ao modelo da AGU |

ETAPA - Seleção do Fornecedor

| Risco | causa | Probabi- lidade | Impacto | Nível de Risco | | Possível tratamento | Plano de Ação | |
|------------------------------------|--|--------------------|---------|----------------|----------|------------------------|--|--|
| | | | | Pontuação | Nível | | Preventiva | Contingência |
| Contratação com preço inexecutable | Preço de referência subdimensionado. | 2 | 5 | 10 | moderado | reduzir | Comparar propostas com o valor do contrato atual e consultar fiscal e gestor sobre execução do contrato atual. Solicitar a comprovação da exequibilidade da empresa. | constatada a inexecuibilidade da proposta, desclassificar a empresa e prosseguir com o certame. |
| Atraso na contratação | Licitação revogada | 1 | 5 | 5 | baixo | aceitar | Análise minuciosa de Edital e anexos. | Ajustar o edital com as informações levantadas na licitação revogada e lançá-lo em caráter emergencial. |
| Licitação fracassada ou deserta | Exigência excessiva de habilitação para o fornecedor | 2 | 4 | 8 | moderado | reduzir | verificar as últimas licitações para aquela localidade e analisar a proporção entre as exigências e a quantidade de postos a serem contratadas. | Modificar o edital |
| Atraso na contratação | Impugnação de Edital | 1 | 3 | 3 | baixo | aceitar | Seguir o checklist da CPI incluindo o histórico de ocorrências de impugnação. | Corrigir e publicar novo Edital |
| Atraso na contratação | Recurso administrativo | 2 | 4 | 8 | moderado | reduzir | Seguir o checklist da CPL incluindo o histórico de ocorrências de recurso administrativo | Analisar, responder e se cabível, retomar a sessão e prosseguir com o certame. Se improcedente, adjudicar o homologar. |
| Atraso na contratação dos serviços | Atraso na realização da Licitação | 2 | 5 | 10 | moderado | reduzir | Alerta da Coordenação se a publicação do edital não for realizada, em até 30 dias, após a chegada do processo no setor de licitações. | Priorizar o processo, dando celeridade as próximas etapas, se necessário redistribuir o processo. |

ETAPA - Gestão de Contrato

| Risco | causa | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco | | Possível tratamento | Plano de Ação | |
|---|---|---------------|---------|----------------|----------|---------------------|--|---|
| | | | | Pontuação | Nível | | Preventiva | Contingência |
| Interrupção na prestação dos serviços | Empresas impedidas de licitar e contratar no curso do contrato | 1 | 4 | 4 | baixo | aceitar | Gestor do contrato deve acompanhar as ocorrências no SICAF no momento do recebimento definitivo da fatura. | Convocar a remanescente do pregão ou providenciar processo licitatório, para realizar uma nova contratação. |
| Interrupção na prestação dos serviços | Falta de interesse da empresa em prorrogar o contrato | 1 | 4 | 4 | baixo | aceitar | Gestor do contrato deverá realizar consulta prévia sobre o interesse da empresa em renovar o contrato com 6 meses de antecedência e repetir com 4 meses | Convocar a remanescente do pregão ou providenciar processo licitatório, para realizar uma nova contratação. |
| Responsabilidade solidária da União em processos judiciais. | Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS por parte da contratada. | 2 | 4 | 8 | moderado | reduzir | O Fiscal do contrato, deve acompanhar o desempenho da empresa em relação as obrigações trabalhistas e previdenciárias, trimestralmente, gerando as ocorrências correspondentes no CONTA e informar a contratada, com prazos definidos, da necessidade de regularização. | Gestor deverá cobrar o cumprimento das obrigações, quando necessário aplicar penalidades contratuais, e, se for o caso, solicitar a realização de uma nova contratação. |
| Interrupção da prestação dos serviços | Atraso no pagamento de salários e benefícios dos colaboradores | 1 | 4 | 4 | baixo | aceitar | O fiscal do contrato, deve acompanhar mensalmente o cumprimento das obrigações relativas a pagamento de salários e benefícios por ocasião do recebimento provisório dos serviços, anexando ao processo de pagamento a planilha com a comprovação do recebimento dos colaboradores. | O fiscal deverá registrar ocorrência no sistema CONTA e o gestor providenciará os procedimentos para aplicação de penalidades, se for o caso. |
| Interrupção da prestação dos serviços | Falta de cumprimento das obrigações contratuais. Não reposição do profissional ausente. | 2 | 3 | 6 | moderado | reduzir | Informar a empresa na reunião Inicial da contratação o limite de tolerância do órgão e aplicar penalidades ao primeiro descumprimento com registro no CONTA e monitorar o desempenho futuro. | O fiscal deverá registrar ocorrência no sistema CONTA e o gestor providenciará os procedimentos para aplicação de penalidades, se for o caso. |

Avaliação qualitativa da probabilidade

| Classificação | Descrição | Valor |
|---------------|--|-------|
| Crítico | Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e, não raro, de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente para os que conhecem o processo... | 5 |
| Alto | Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual ou conhecida em uma dezena ou mais de casos, aproximadamente, | 4 |
| Moderado | Evento esperado, que se reproduz com frequência reduzida, porém constante. Seu histórico de ocorrência é de conhecimento da maioria dos gestores e operadores do processo... | 3 |
| Baixo | Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico conhecido de sua de ocorrência por parte dos principais gestores e operadores do processo... | 2 |
| Muito baixo | Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico | 1 |

Avaliação qualitativa da impacto

| Classificação | Descrição | Valor |
|---------------|--|-------|
| Crítico | Interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, impactando fortemente outros processos, causando impactos de difícil reversão nos objetivos. | 5 |
| Alto | Interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos. | 4 |
| Moderado | Interrupção de operações ou atividades da organização, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis. | 3 |
| Baixo | Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, causando impactos pequenos nos objetivos. | 2 |
| Muito baixo | Degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou | 1 |

| Pontuação | | | | | Nível | Possível tratamento |
|-----------|----|----|----|----|-------------|-----------------------|
| 5 | 10 | 15 | 20 | 25 | | |
| 4 | 8 | 12 | 16 | 20 | Baixo | Aceitar |
| 3 | 6 | 9 | 12 | 15 | Moderado | Reduzir |
| 2 | 4 | 6 | 8 | 10 | Alto | Tratamento energético |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Inaceitável | Evitar |

Instrução normativa conjunta MP/CGU N. 01/2016

**Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança
no âmbito do poder executivo federal.**

**ABNT NBR ISO/IEC 31010 –
Gestão de riscos - Técnicas para o processo de avaliação de
riscos.**



Art. 27. Concluídas as etapas relativas aos Estudos Preliminares e ao Gerenciamento de Riscos, os setores requisitantes deverão encaminhá-los, juntamente com o documento que formaliza a demanda, à autoridade competente do setor de licitações, que estabelecerá o prazo máximo para o envio do Projeto Básico ou Termo de Referência, conforme alínea “c” do inciso I, do art. 21.

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Elaborado pelo setor requisitante a partir dos E.P. e G.R.

Utilização das minutas da AGU

Diretrizes estabelecidas no Anexo V e Cadernos de Logística



Anexo V - DIRETRIZES

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico: 2.1 Declaração do Objeto:

- a) Fazer descrição sucinta, com os três elementos essenciais que compõem o núcleo do objeto, que é imutável:
 - b) a.1. declaração da **natureza** do objeto;
 - c) a.2. **quantitativos**; e
 - d) a.3. **prazo** do contrato, incluindo a possibilidade de prorrogação do contrato, se for o caso.



2.2. Fundamentação da contratação:

a) Os Estudos Preliminares serão anexos do TR ou PB, quando for possível a sua divulgação;

a) b) Quando não for possível divulgar os Estudos Preliminares devido a sua classificação, conforme a Lei nº 12. 527, de 2011, deverá ser divulgado como anexo do TR ou PB um extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.



2.4. Requisitos da contratação:

a) Transcrever o item “Requisitos da contratação” dos Estudos Preliminares, com eventuais atualizações, pois após a aprovação desses Estudos Preliminares, a equipe de Planejamento da Contratação pode ter amadurecido com relação aos requisitos que a solução deverá atender;



c) Estabelecer a exigência da **declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.**

Caso seja imprescindível o comparecimento do licitante, desde que devidamente justificado, o órgão deve disponibilizar os locais de execução dos serviços a serem **VISTORIADOS** previamente, **devendo tal exigência, sempre que possível, ser substituída pela divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres;**



2.5. Modelo de execução do objeto:

a) Descrever a dinâmica do contrato, devendo constar, sempre que possível:

a.1. a **definição de prazo para início da execução do objeto** a partir da assinatura do contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente ou da ordem de serviços, devendo ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto;

a.1.1. atentar que o **prazo mínimo previsto para início da prestação de serviços** deverá ser o suficiente para possibilitar a preparação do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

2.5. Modelo de execução do objeto:

f) Definir com base nas informações dos Estudos Preliminares:

f.1. se haverá ou não possibilidade de **subcontratação** de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

f.2. se haverá ou não obrigação de **subcontratação** de parte do objeto de ME ou EPP;

f.3. se haverá ou não possibilidade de as empresas concorrerem em **consórcio**.



2.6. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento:

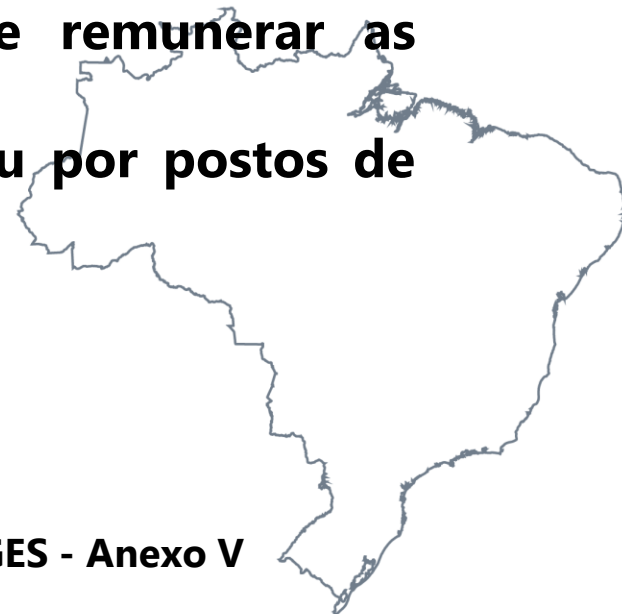
a) Definir os **atores** que participarão **da gestão do contrato**;

b) Definir os **mecanismos de comunicação** a serem estabelecidos entre o órgão ou entidade e a prestadora de serviços;



d) **Definir a forma de aferição/medição do serviço** para efeito de **pagamento com base no RESULTADO**, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

d.1. estabelecer a **unidade de medida** adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a **mensuração dos resultados para o pagamento da contratada** e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:



ANEXO VI-B SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

3. Nas condições usuais serão adotados **índices de produtividade por servente** em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

3.1. Áreas Internas:

- a) Pisos acarpetados: **800 m² a 1200 m²**; - **Periodicidade:** diária, semanal, mensal!
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;
- c) Laboratórios: 360 m² a 450 m² ;
- d) Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m² ;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m² ;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m² ; e
- g) Banheiros: 200 m² a 300 m².



d.2. estabelecer a produtividade de referência ou os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade, seguindo-se, entre outros, os parâmetros indicados nos Cadernos de Logística;



d.4. descrever detalhadamente, de acordo com o previsto na subalínea “d.3” acima, os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, devendo conter, dentre outros requisitos:

d.4.4. previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

d.4.6. previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

1. as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;



Meta: 100% da área.

Faixas de ajuste de pagamentos:

- a) 95% até 100% das áreas > 100% do valor mensal;**
- b) 80% até 94,99% das áreas > 98% do valor mensal;**
- c) 60% até 79,99% das áreas > 95% do valor mensal;**
- d) Abaixo de 60% das áreas > 90% do valor mensal.**

Sanções:

- a) Abaixo de 80% das áreas > multa de 2,5% sobre o valor mensal;**
- b) Abaixo de 70% das áreas > multa de 5% sobre o valor mensal;**

Rescisão contratual:

- a) Abaixo de 60% das áreas > rescisão contratual.**



d.5. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou seu substituto, quando utilizado, deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;



Execução de serviços de Jardineiro

| Item | Descrição |
|-------------------------|---|
| Meta | 100% das áreas – 500m ² |
| Instrumento de medição | Vistoria local pelo fiscal |
| Forma de acompanhamento | Vistoria pessoal/visual |
| Periodicidade | Diária |
| Mecanismo de cálculo | Relação área prevista/área realizada |
| Início de vigência | Data da assinatura do contrato |
| Faixas de ajustes | 495m ² a 500m ² > 100% do valor mensal 490m ² a 495m ² > 98% do valor mensal 485m ² a 490m ² > 95% do valor Abaixo de 485% > 90% do valor. |
| Sanções | 490m ² a 495m ² > multa de 2% 485m ² a 490m ² > multa de 2% Abaixo de 485% > multa 5% + rescisão |

MODELO

| Indicador | |
|---|-----------|
| Nº + Título do Indicador que será utilizado | |
| Item | Descrição |
| Finalidade | |
| Meta a cumprir | |
| Instrumento de medição | |
| Forma de acompanhamento | |
| Periodicidade | |
| Mecanismo de Cálculo | |
| Início de Vigência | |
| Faixas de ajuste no pagamento | |
| Sanções | |
| Observações | |



ANEXO VI

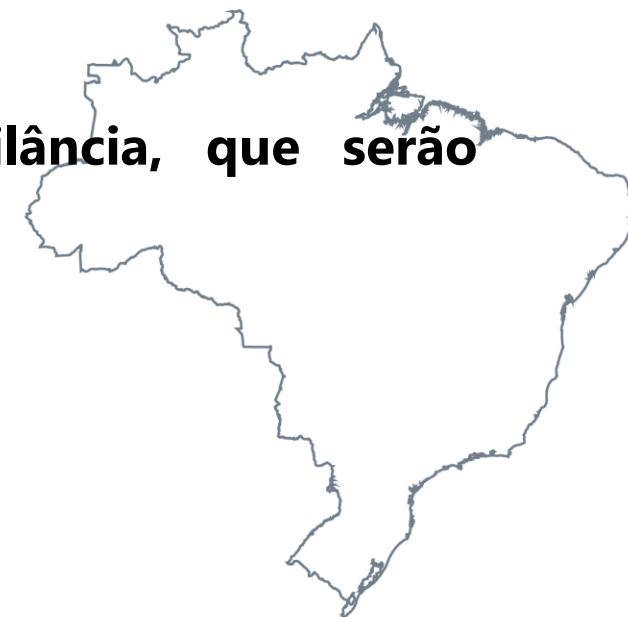
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

ANEXO VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

1. Deverá constar do Projeto Básico ou Termo de Referência para a contratação de serviços de vigilância:

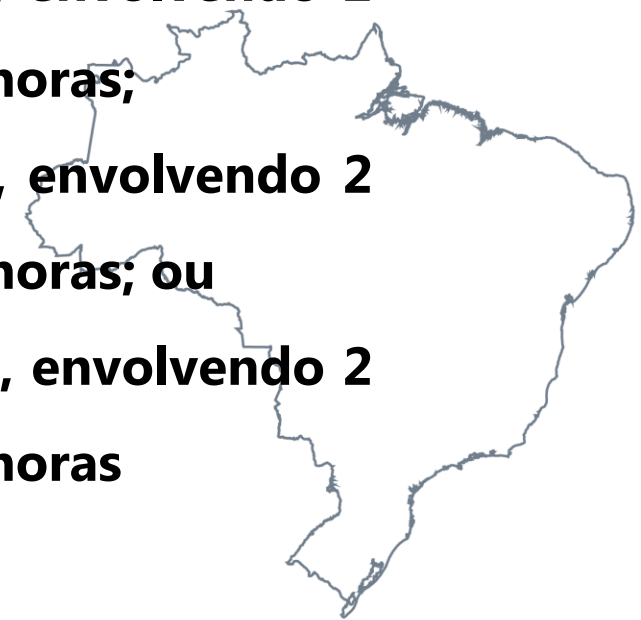
a) a **justificativa do número e das características** dos Postos de Serviço a serem contratados; e

b) os **quantitativos** dos diferentes tipos de Posto de Vigilância, que serão contratados por Preço Mensal do Posto.



2. O Posto de Vigilância adotará preferencialmente uma das seguintes escalas de trabalho:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;**
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;**
- c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;**
- d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; ou**
- e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas**



3. Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, poderão ser caracterizados outros tipos de postos, considerando os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria



9. É permitida a licitação:

- a) para a contratação de serviços de instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica em conjunto com serviços contínuos de vigilância armada/desarmada ou de monitoramento eletrônico, sendo vedada a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica, sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente;**
- b) para a contratação de serviço de brigada de incêndio em conjunto com serviços de vigilância.**



9.1. Os serviços de instalação e manutenção de circuito fechado de TV ou de quaisquer outros meios de vigilância eletrônica são serviços de engenharia, para os quais devem ser contratadas empresas que estejam registradas no CREA e que possuam profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.



ANEXO VI-B SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

1. Deverão constar do Projeto Básico na contratação de serviços de limpeza e conservação, além dos demais requisitos dispostos nesta

Instrução Normativa:

b) produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação de serventes por encarregado;



2. Os serviços serão contratados com base na **área física a ser limpa**, estabelecendo-se uma estimativa do **custo por metro quadrado**, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

3. Nas condições usuais serão adotados **índices de produtividade por servente** em **jornada de oito horas diárias**, de acordo com os seguintes **parâmetros**:

3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico; e

3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².



LIMPEZA 2018

| Valores limites Mínimos e Máximos para a Contratação de Serviços de Limpeza – (R\$) 17/04/2018 | | | | | | | |
|--|----------|---------------------|----------|--|----------|---------------------|----------|
| ÁREA INTERNA | | | | ÁREA EXTERNA | | | |
| Produtividade 800 m ² a 1200 m ² | | | | Produtividade 1800 m ² a 2700 m ² | | | |
| 800 m ² | | 1200 m ² | | 1800 m ² | | 2700 m ² | |
| Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo |
| R\$ 3,76 | R\$ 4,53 | R\$ 2,51 | R\$ 3,02 | R\$ 1,67 | R\$ 2,01 | R\$ 1,11 | R\$ 1,34 |

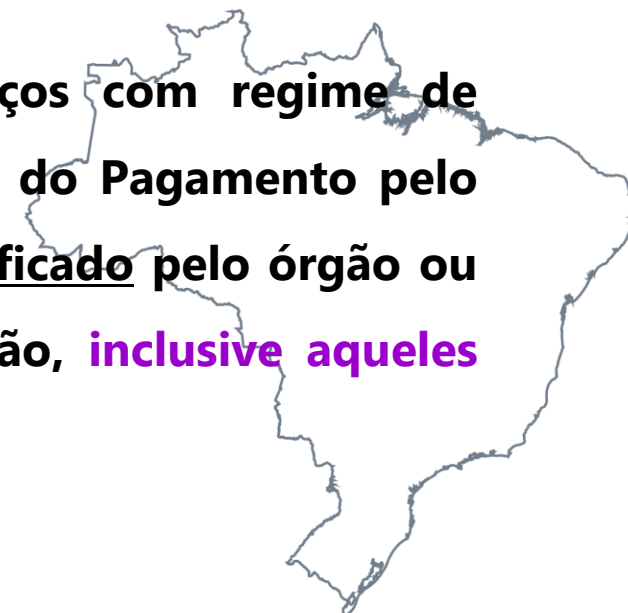
| ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco | | | | FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa com exposição a situação de risco | | | |
|---|----------|--------------------|----------|---|----------|--------------------|----------|
| Produtividade 300 m ² a 380 m ² | | | | Produtividade 130 m ² a 160 m ² | | | |
| 300 m ² | | 380 m ² | | 130 m ² | | 160 m ² | |
| Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo | Mínimo | Máximo |
| R\$ 0,85 | R\$ 1,02 | R\$ 0,67 | R\$ 0,81 | R\$ 0,25 | R\$ 0,30 | R\$ 0,21 | R\$ 0,25 |



DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO ANEXO VII-A

7.10. Para as contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva que adotarem como tratamento do risco o uso do Pagamento pelo Fato Gerador, disposto no inciso II do § 1º do art. 18, a proposta apresentada pelo fornecedor deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, **inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores;**

8.9. No julgamento das propostas para as contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva, que adotarem como tratamento do risco o uso do Pagamento pelo Fato Gerador, disposto no inciso II do § 1º do art. 18, deverá ser verificado pelo órgão ou entidade se estas apresentam o valor total dos custos da contratação, **inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores;**



Diretrizes específicas para elaboração do ato convocatório ANEXO VII-B

1. Dos mecanismos de controle interno: 1.1. Para atendimento do disposto no art. 18, o ato convocatório deverá conter uma das seguintes regras:

a) Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação; ou

b) Pagamento pelo Fato Gerador;

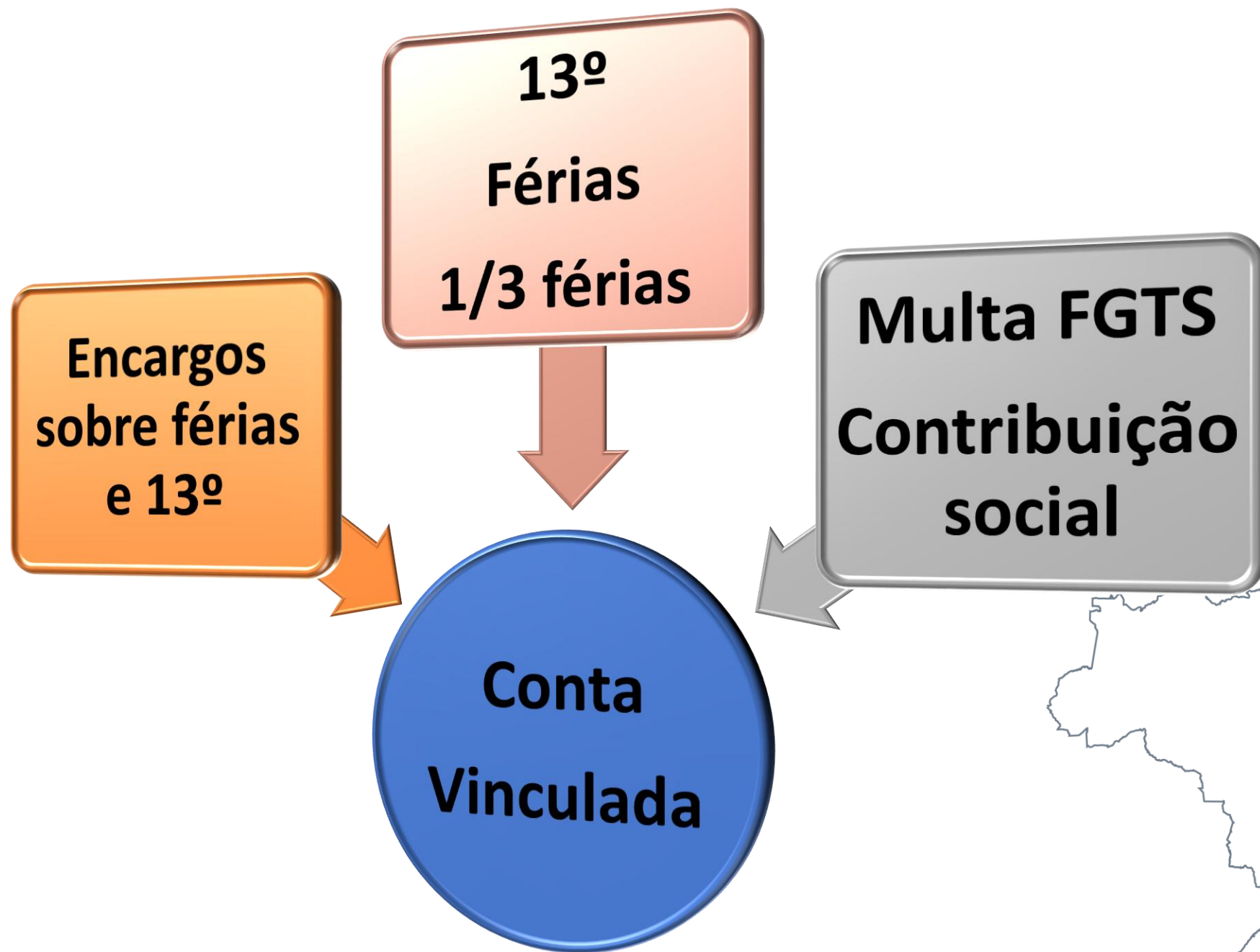


1.2. No caso da **Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, os órgãos e entidades deverão adotar:**

a) provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, que serão depositados pela Administração em Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme Anexos XII e XII-A;

✓ **Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**



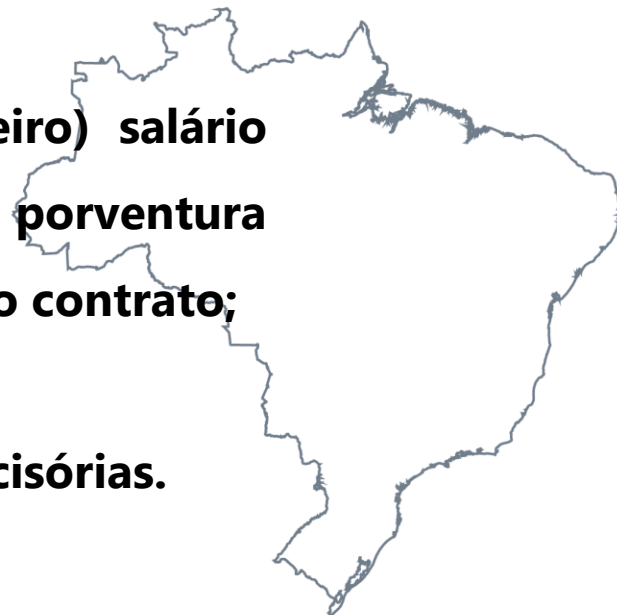


7. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 2 acima, retidos por meio da Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.



Quando os valores da conta vinculada poderão ser liberados?

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, **quando devido;**
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, **quando do gozo de férias** pelos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, **pelo valor correspondente** ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;
- d) ao **final da vigência do contrato**, para o pagamento das verbas rescisórias.



A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada?

Deverá apresentar documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

- ✓ **Verificar os documentos**
- ✓ **Conferir os cálculos dos valores**
- ✓ **Emitir autorização > 5 dias úteis > Instituição Bancária**
- ✓ **Autorização específica**
- ✓ **Empresa > até 3 dias úteis > comprovante de transferência bancária.**



Contrato encerrado: como proceder em relação ao saldo existente na conta vinculada?

1.6. O saldo existente na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.



15. O **saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada** — bloqueada para movimentação será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, **após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.**



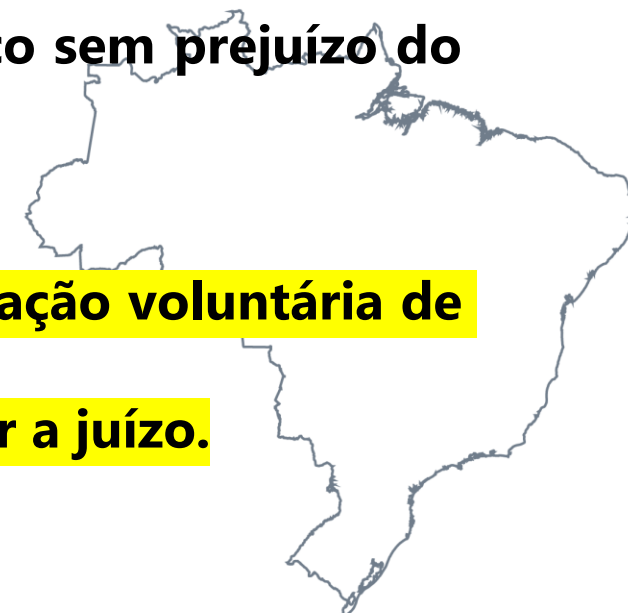
PAGAMENTO PELO FATO GERADOR: situação de fato ou conjunto de fatos, prevista na lei ou contrato, **necessária e suficiente a sua materialização**, que gera obrigação de pagamento do contratante à contratada.

CLT - Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

IV - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.





c) As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima **somente serão liberadas** nas seguintes condições:

c.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

c.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

c.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, **quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;**

c.4. pelos valores correspondentes às **ausências legais efetivamente ocorridas** dos empregados vinculados ao contrato; e

c.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

1.8. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no instrumento contratual e anexos.



SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Art. 33. A fase de Seleção do Fornecedor inicia-se com o encaminhamento do Termo de Referência ou Projeto Básico ao setor de licitações e encerra-se com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação.



Art. 35. ***Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.***

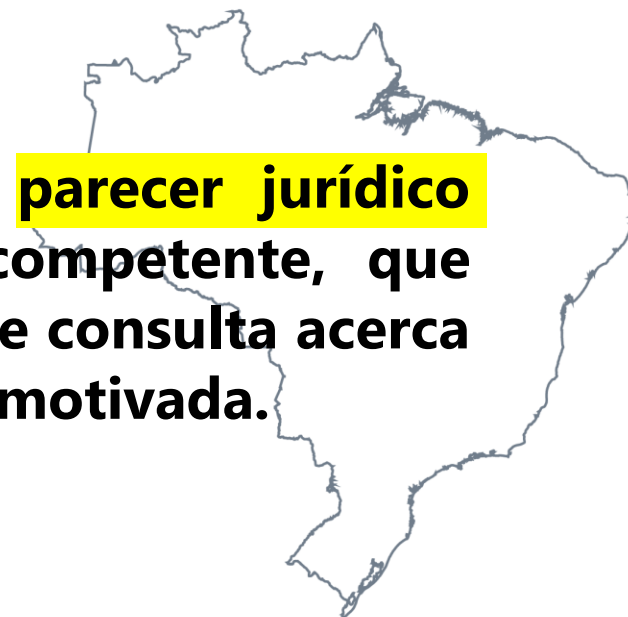
§ 1º ***Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.***



Art. 36. Antes do envio do processo para exame e aprovação da assessoria jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, **deve-se realizar uma avaliação da conformidade legal do procedimento administrativo da contratação**, preferencialmente com base nas disposições previstas no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6 de junho de 2016, no que couber.

§ 1º A lista de verificação de que trata o caput deverá ser juntada aos autos do processo, com as devidas adaptações relativas ao momento do seu preenchimento.

§ 2º É dispensado o envio do processo, se houver parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.



MODELOS

Compras

Pregão eletrônico

Pregão eletrônico - SRP

Serviços

Não continuados

Pregão

Pregão SRP

Continuados

Sem mão de obra exclusiva

Pregão

Pregão SRP

Com mão de obra exclusiva

Pregão

Pregão SRP

Serviços comuns

Pregão eletrônico

Engenharia

Modalidades convencionais

Convite

Tomada de preços

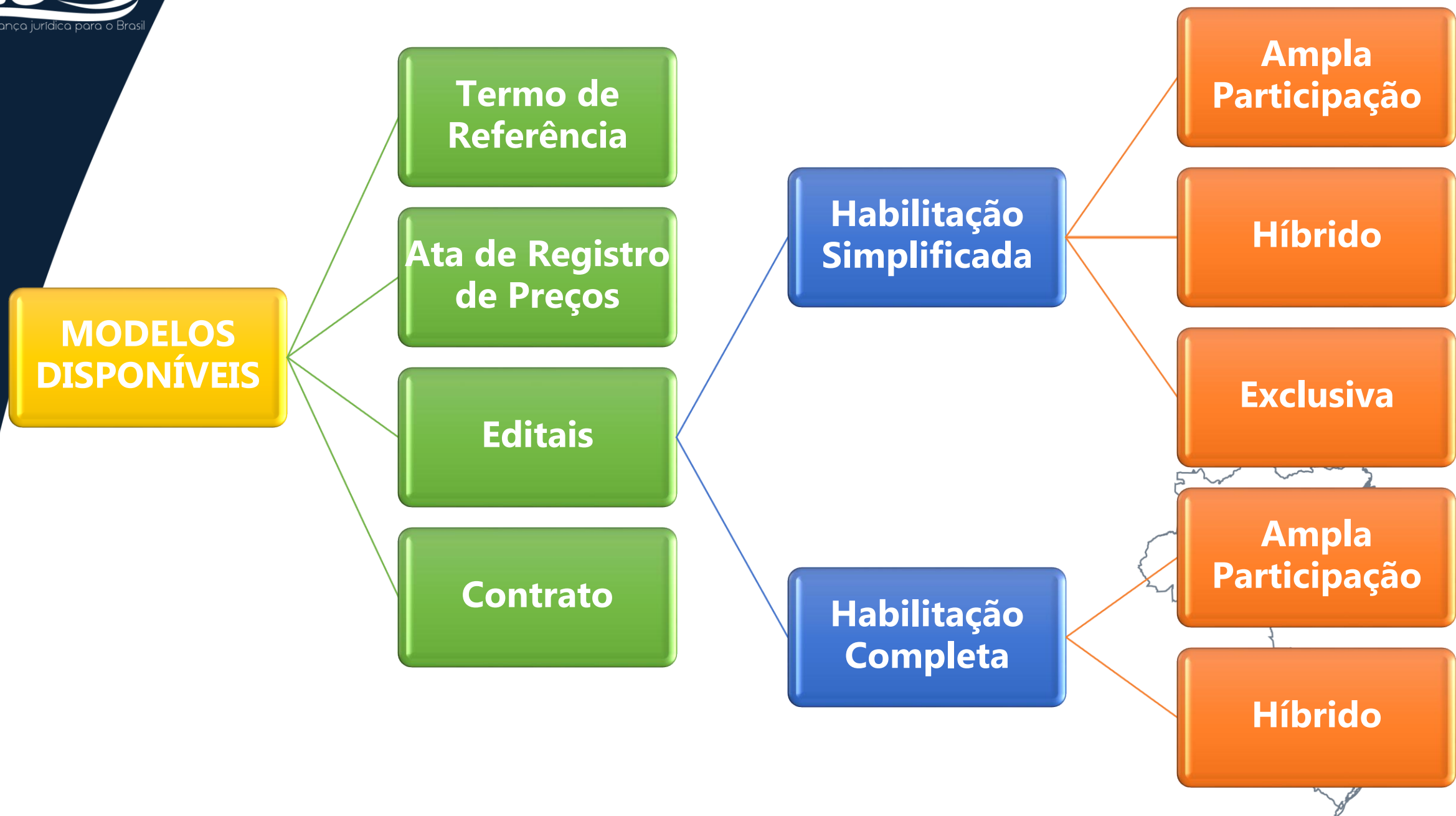
Concorrência

Outros serviços

TR de TI

Locação





NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS

Os itens deste modelo de Edital, destacados em vermelho itálico, devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública licitante, de acordo com as peculiaridades do objeto da licitação e critérios de oportunidade e conveniência, cuidando-se para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da licitação, para que não conflitem. Trata-se de modelo de edital e nos termos do art. 35 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5/2017 o referido modelo deverá ser utilizado no que couber. Para as alterações, deve ser apresentada justificativa, nos termos do art. 35, §1º da referida IN. Eventuais sugestões de alteração de texto do referido modelo de edital poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.licitacoes@agu.gov.br.

Alguns itens receberão notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas referentes à licitação, que deverão ser suprimidas quando da finalização do documento.

Supressão automática das notas explicativas: Clique no botão substituir no canto direito da guia início ou use o atalho Ctrl+U; clique em mais, para ampliar a caixa de diálogo, e depois em formatar, opção estilo. Na caixa de diálogo Localizar estilo encontre o estilo citação e o selecione, depois clique em OK para sair. Clique em substituir tudo. Faça isso apenas ao final, para elaborar a minuta seguindo as orientações.

Quando quiser localizar palavras posteriormente em qualquer documento, observe se abaixo do campo localizar consta a informação "Formato: Estilo: Citação". Em caso positivo, clique em Sem Formatação, na caixa de diálogo ampliada, para voltar às condições normais de pesquisa.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.



CLÁUSULAS FIXAS

11 DOS RECURSOS

11.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Nota explicativa: no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



CLÁUSULA EDITÁVEL OBRIGATÓRIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

Ou

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*



CLÁUSULA EDITÁVEL FACULTATIVA

10. DA VISTORIA

10.1. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das horas às horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (....)*

Nota Explicativa: a opção pela exigência ou não de vistoria é discricionária, devendo ser analisada com vistas ao objeto licitatório. Lastreia-se no art. 30, III, da Lei 8.666, de 1993, segundo o qual o licitante deve apresentar na habilitação “comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação”.

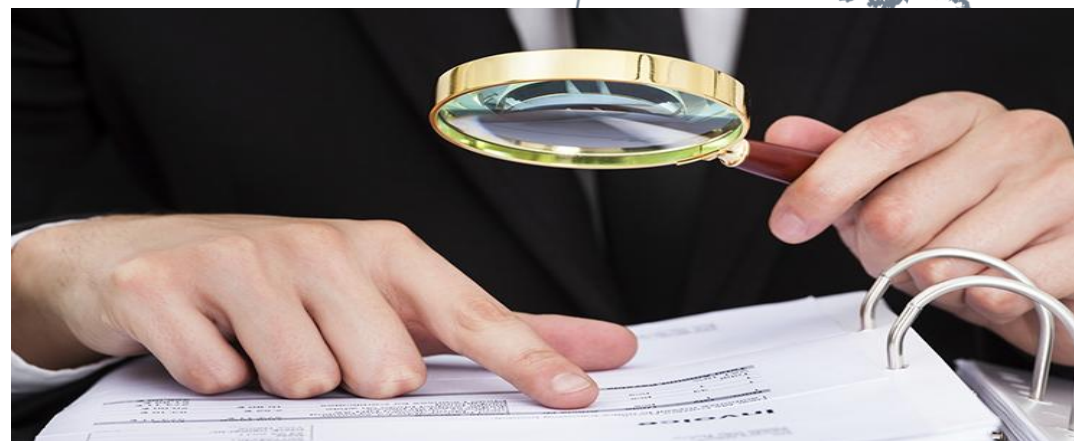
Lembramos que se tal documento for exigido neste Termo de Referência, deve o edital prevê-lo na habilitação, mais especificamente na qualificação técnica. É comum que modelo de atestado ou certidão fornecida pelo órgão ou entidade licitante figure como anexo do edital. Também é importante que seja indicado o prazo para a emissão da certidão e entrega ao interessado. Por fim, não é possível o estabelecimento de vistoria prévia em data e horário comum a todos os licitantes (TCU, Ac. n. 1842/2013-Plenário).

Jurisprudência do TCU acerca da realização de vistoria:

“1.5.1.1. ao avaliar necessária a realização de vistoria prévia como requisito para a participação no certame, faça constar nos



Qual a importância de padronizar?



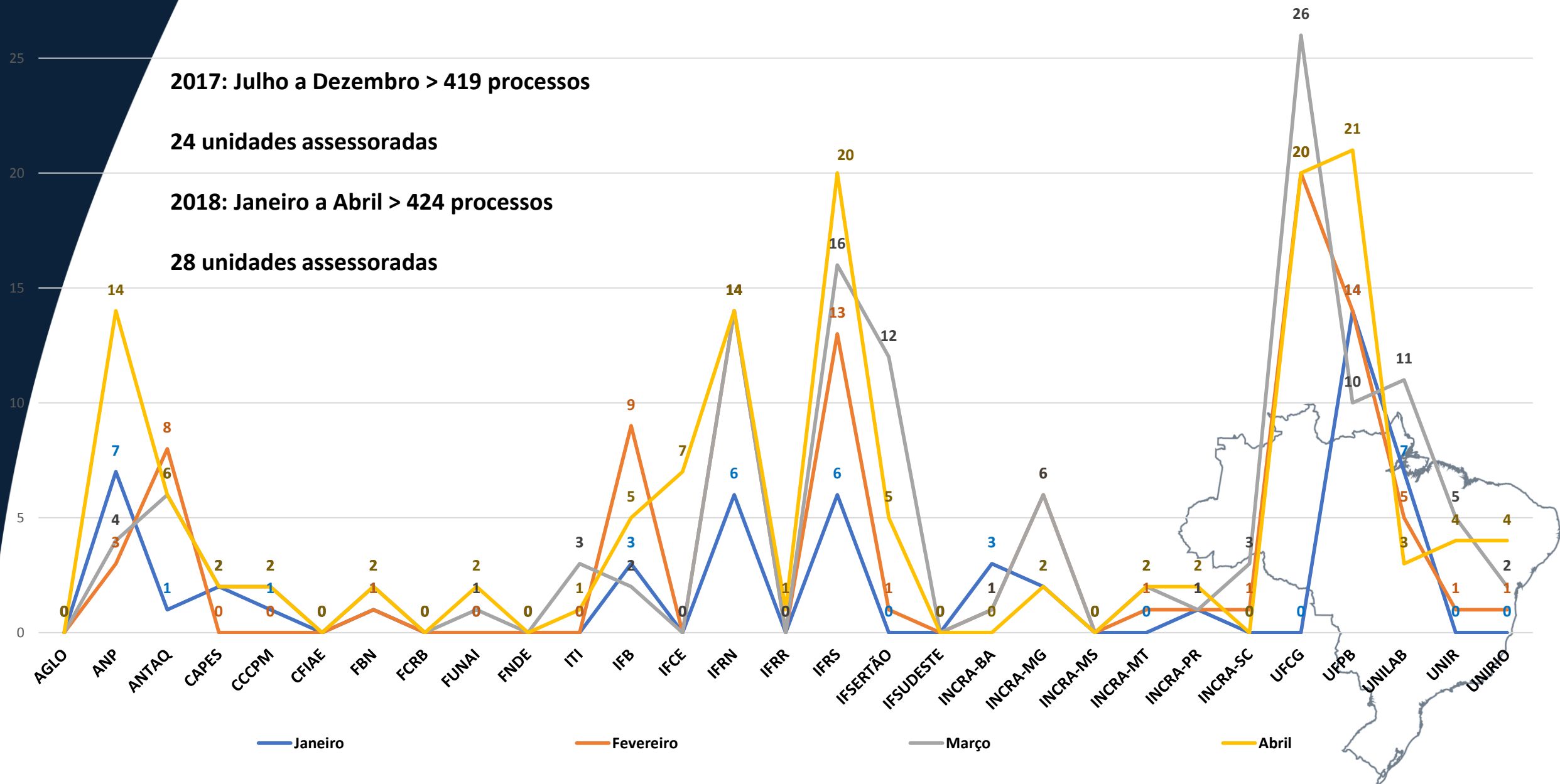
Equipe Nacional de Licitações e Contratos - ENALIC

2017: Julho a Dezembro > 419 processos

24 unidades assessoradas

2018: Janeiro a Abril > 424 processos

28 unidades assessoradas



Modelo de Minuta de Contrato – VII-F

1.2. Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação

Aviso prévio indenizado: o Tribunal de Contas da União TCU considera **integralmente pago, seu percentual, no primeiro ano da execução contratual.** (Acórdão n.º 3006/2010 Plenário, TC-001.225/2008-0, rel. Min. Valmir Campelo, 10.11.2010).

Aviso prévio trabalhado: “nas licitações para contratação de mão de obra terceirizada, a Administração deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, **e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação,** a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011” . – Acórdão Plenário n. 1186/2017.

FORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO CONTRATO – Anexo VII-G

2. O instrumento contratual será obrigatório, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, **salvo** se:

a) o valor da contratação por licitação, dispensa ou inexigibilidade **não superar o previsto para a modalidade convite**; ou

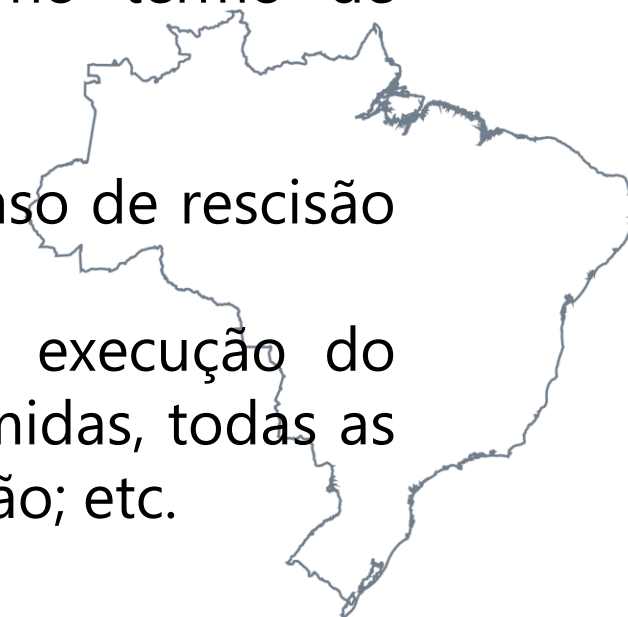
b) nos casos de **compra com entrega imediata e integral** dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica

Art. 62. O instrumento de contrato é **obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços**, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e **facultativo** nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.



3. Nos casos em que for possível utilizar **carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço** ou instrumentos congêneres, em substituição ao instrumento contratual, **aplica-se, quando couber, o art. 55 da Lei n° 8.666, de 1993.**

- (i) a vinculação da **Nota de Empenho** à proposta;
- (ii) as **penalidades** cabíveis e as multas por atraso ou descumprimento injustificado de uma das obrigações previstas na lei ou no termo de referência;
- (iii) os casos de **rescisão**;
- (iv) o **reconhecimento dos direitos da Administração**, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93;
- (v) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na contratação; etc.



CREDENCIAMENTO

“ato administrativo de chamamento público destinado à pré-qualificação de todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório, visando futura contratação, pelo preço definido pela Administração” .



Não é nova modalidade de licitação > art. 22, §8º, da Lei n. 8.666/1993.

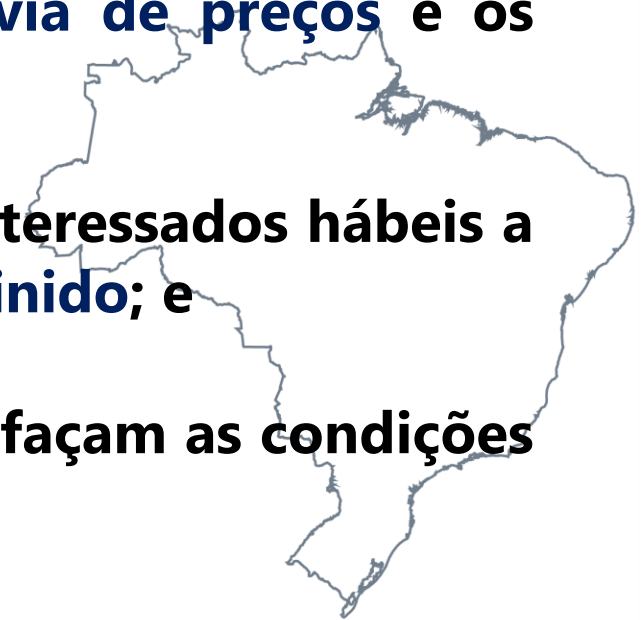
Procedimento de Seleção.

✓ **Base legal: Art. 25, da Lei n. 8.666/1993.**



Anexo VII-B - 3. Do credenciamento:

- a) justificar a **inviabilidade de competição** pela natureza da contratação do serviço a ser prestado;
- b) comprovar que o interesse da Administração será melhor atendido mediante a contratação de um **maior número de prestadores de serviço**;
- c) promover o chamamento público por meio do **ato convocatório** que definirá o objeto a ser executado, os requisitos de habilitação, as especificações técnicas indispensáveis, a **fixação prévia de preços** e os critérios para convocação dos credenciados;
- d) garantir a **igualdade de condições** entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, **pelo preço por ela definido**; e
- e) **contratar todos** os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pela Administração.



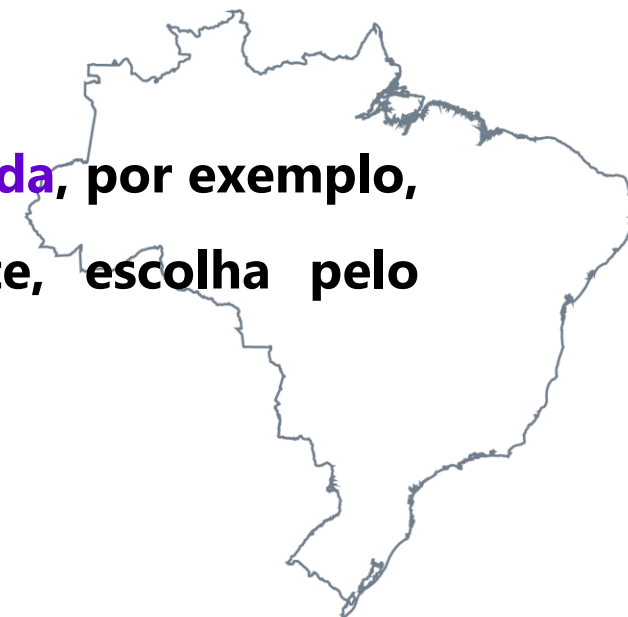
3.2. O Sistema de Credenciamento ficará aberto pelo prazo estipulado no ato convocatório, renováveis por iguais e sucessivos períodos, para inscrição de novos interessados, desde que atendam aos requisitos do chamamento.



- a) haja possibilidade de **contratação de quaisquer dos interessados** que satisfaçam as condições exigidas;
- b) o **preço de mercado** seja razoavelmente uniforme e que a fixação prévia de valores seja mais vantajosa para a Administração, devendo ficar demonstrada nos autos a vantagem ou igualdade dos valores definidos em relação aos preços de mercado;
- c) seja dada **ampla divulgação**, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, sem prejuízo do uso adicional de outros meios que se revelem mais adequados ao caso;
- d) sejam fixados os **critérios e exigências mínimas** para que os interessados possam credenciar-se;
- e) seja fixada, de forma criteriosa, a **tabela de preços que remunerará** os diversos itens de serviços;
- f) sejam estabelecidas as **hipóteses de descredenciamento**;
- g) seja prevista a possibilidade de **denúncia do ajuste**, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;



- h) a possibilidade de credenciar-se **fique aberta** durante todo o período em que a Administração precisar dos serviços, conforme fixado em Edital, cuja minuta deve ser analisada pela respectiva assessoria jurídica;
- i) a possibilidade de os usuários ou administrados **denunciarem qualquer irregularidade** verificada na prestação dos serviços;
- j) sejam fixados **critérios objetivos de distribuição da demanda**, por exemplo, sorteio público, excluindo-se os sorteados anteriormente, escolha pelo próprio usuário-interessado etc.



Como se operacionaliza o credenciamento?

Como definir um critério objetivo de distribuição dos contratos?

Como distribuir de forma igualitária a demanda da Administração?

É preciso a ratificação da autoridade superior prevista no art. 26 da Lei nº 8.666/1993?

É preciso instrumento de contrato no credenciamento?

Quem for credenciado pode ser posteriormente descredenciado?

É possível fixar um prazo determinado para o credenciamento de novos interessados?



É possível a utilização de **credenciamento** – **hipótese de inviabilidade de competição não relacionada expressamente no art. 25 da Lei 8.666/1993** – para contratar prestação de serviços privados de saúde no âmbito do SUS, que tem como peculiaridades **preço pré-fixado, diversidade de procedimentos e demanda superior à capacidade de oferta pelo Poder Público, quando há o interesse da Administração em contratar todos os prestadores de serviços** que atendam aos requisitos do edital de chamamento.

TCU – 784/2018 – Plenário.



É regular a aquisição pela Administração, mediante credenciamento, de passagens aéreas em linhas regulares domésticas, *sem a intermediação de agência de viagem*, por ser inviável a competição entre as companhias aéreas e entre estas e as agências de viagem.

É regular a utilização do credenciamento em casos cujas particularidades do objeto a ser contratado indiquem a inviabilidade de competição, ao mesmo tempo em que se admite a possibilidade de contratação de todos os interessados em oferecer o mesmo tipo de serviço à Administração Pública.

Atividades de Gestão e Fiscalização da Execução dos Contratos



Lei n. 8.666/1993

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



MAS O QUE É FISCALIZAR?

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações (...)

com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.



OBJETIVOS

- ✓ **Cumprimento dos resultados previstos;**
- ✓ **Certificar a regularidade das obrigações;**
- ✓ **Prestar apoio à instrução processual;**
- ✓ **Documentação para formulação de procedimentos.**



Art. 39. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.



Gestor do Contrato

**Fiscalização
Técnica**

**Fiscalização
Administrativa**

**Fiscalização
Setorial**

**Fiscalização
Público Usuário**



Art. 40 O conjunto de atividades de que trata o artigo anterior **COMPETE ao gestor da execução dos contratos**, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições:



Portaria n. 409/2019/MPDG

Art. 6º A contratante designará, formalmente, servidor ou empregado de seu quadro próprio para atuar como **gestor do contrato de prestação de serviços, o qual, tendo como parâmetro o objeto e os resultados previstos no contrato:**

I - será responsável pelo seu acompanhamento e **fiscalização; e**

II - registrará as ocorrências e adotará providências para o seu regular cumprimento.



Parágrafo único. O gestor do contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da contratada, podendo ser auxiliado por fiscais designados para esse fim, bem como ser assistido por terceiro ou empresa, desde que justifique a necessidade de assistência especializada.

Continuação...



Art. 40 (...)

§ 3º As **atividades de gestão e fiscalização da execução contratual** devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, **podendo** ser exercidas por **servidores, equipe de fiscalização** ou **único servidor (...)**



CONCLUSÕES

- ✓ **A Portaria n. 409/2017/MPDG tem hierarquia sobre a IN n. 05/2017/SEGES;**
- ✓ **Regra n. 1: Gestor do contrato é responsável pela fiscalização;**
- ✓ **Regra n. 2: É possível a designação de fiscal auxiliar para exercer as atribuições da fiscalização:**
 - a) **Técnica**
 - b) **Administrativa**
 - c) **Setorial**

Fiscal auxiliar: servidores; equipe de servidores ou servidor único;



SERVIDOR ÚNICO

(...) desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.



IN 05/2017/SEGES

Art. 50. Exceto nos casos previstos no art. 74 da Lei n.º 8.666, de 1993, ao realizar o recebimento dos serviços, o órgão ou entidade **deve observar o princípio da segregação das funções e orientar-se pelas seguintes diretrizes:**



Indicação e Designação do Gestor e Fiscais

Art. 41. A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá aos setores requisitantes dos serviços ou poderá ser estabelecida em normativo próprio de cada órgão ou entidade, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.



MakeAGIF.com



☐ **Responsável pela indicação: setor requisitante ou normativo próprio;**

☐ **Notificação expressa:**

a) indicação; b) atribuições.

☐ **Quando: antes da publicação da portaria;**

☐ **Critérios:**

- a) Compatibilidade das atribuições;**
- b) Complexidade da fiscalização;**
- c) Capacidade para desempenho;**
- d) Quantitativo de contratos.**



FORMALIZAÇÃO E RECUSA

- ✓ **Autoridade competente do setor de licitações:
Anexo I – Definições.**

Art. 43. O encargo de gestor ou fiscal não pode ser recusado pelo servidor, por não se tratar de ordem ilegal, devendo expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações técnicas que possam impedir o diligente cumprimento do exercício de suas atribuições, se for o caso.



Administração > DEVE:

- a) Providenciar a qualificação do servidor; ou**
- b) Designar outro com a qualificação requerida;**
- c) É possível contratar terceiro* para subsidiar à atividade de fiscalização;** (§2º, art. 42, IN n. 05/2017)



ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Preposto > formalmente designado antes da execução do contrato;

É possível a recusa do preposto?

(Art. 68, da Lei n. 8.666/1993 c/c §1º, art. 44).

Permanência no local da execução?

(Art. 68, da Lei n. 8.666/1993 c/c §4º, art. 44).

Comunicação contratante – contratada;

É possível comunicação por meio de WhatsApp?

Art. 44, §2º, IN/05.

Art. 26, §3º, Lei n. 9.784/99.



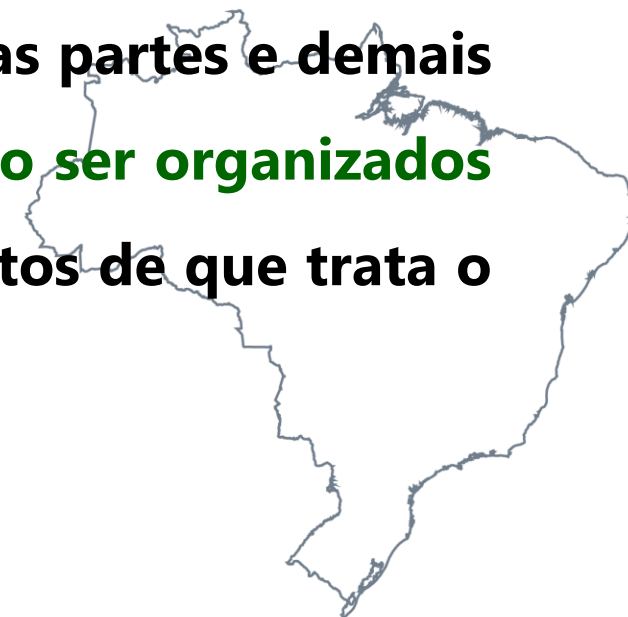
PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

- ☐ **Cópia dos documentos essenciais para a contratação;**
- ☐ **Registro das ocorrências e providências para cumprimento contratual;**
- ☐ **Atualização do Mapa de Riscos;**
- ☐ **Comunicação ao Gestor do contrato;**
- ☐ **Propor penalidades;**
- ☐ **Responder eventuais questionamentos.**



Art. 46. As ocorrências acerca da execução contratual deverão ser registradas durante toda a vigência da prestação dos serviços, cabendo ao gestor e fiscais, observadas suas atribuições, a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O registro das ocorrências, as comunicações entre as partes e demais documentos relacionados à execução do objeto poderão ser organizados em processo de fiscalização, instruído com os documentos de que trata o § 4º do art. 42.



PLANO DE FISCALIZAÇÃO



FISCALIZAÇÃO

Fiscalização Técnica > avaliar a execução do objeto;

Fiscalização Administrativa > contratos com D.E;

Fiscalização Setorial* > aspectos técnicos + administrativos;

Fiscalização Público Usuário > pesquisa de satisfação;

Gestor da Execução do Contrato



Obrigatoriedade do IMR? (Anexo VIII-A.1)

Utilização do IMR > REDIMENSIONAMENTO > Pagamento

Resultados incompatíveis com a qualidade mínima

Recursos humanos e materiais



AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

**Fiscal
Técnico**

Preposto

**Comportamento
contínuo
desconforme**

**Vedação à
contratada**

**Periodicidade
da
avaliação**



4. Para efeito de **recebimento provisório**, **ao final de cada período mensal**, o **fiscal técnico** do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, ***que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada***, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Como? Relatório circunstanciado

A empresa emite nota fiscal e encaminha para o fiscal técnico?



Gestor do Contrato:

- a) análise dos documentos > verificar irregularidades;**
- b) Termo circunstanciado > ATESTE;**
- c) Comunicar o valor para pagamento > IMR.**



PROCESSO DE PAGAMENTO

1. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos arts. 49 e 50 desta Instrução Normativa, o **gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços *e encaminhar para o setor competente para pagamento.***

✓ **Verificar a regularidade da empresa;**

✓ **E se a empresa estiver irregular?**

- **IN n. 02, de 11 de outubro de 2010.**
- **IN n. 03, de 26 de abril de 2018 {25.06}**

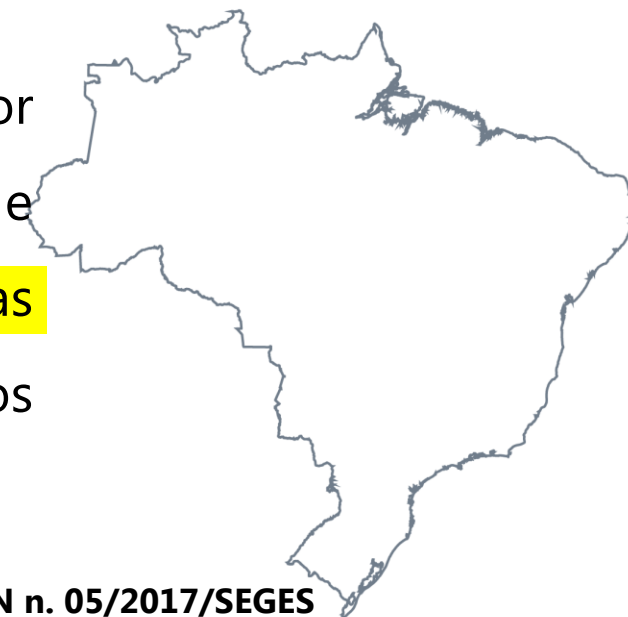


4.2. Observado o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 desta Instrução Normativa, quando houver **glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para **que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado**, **evitando, assim, efeitos tributários** sobre valor glosado pela Administração.**



5. Na inexistência de outra regra contratual, quando da **ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração**, o valor devido deverá ser acrescido de **atualização financeira**, e sua apuração se fará **desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento**, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

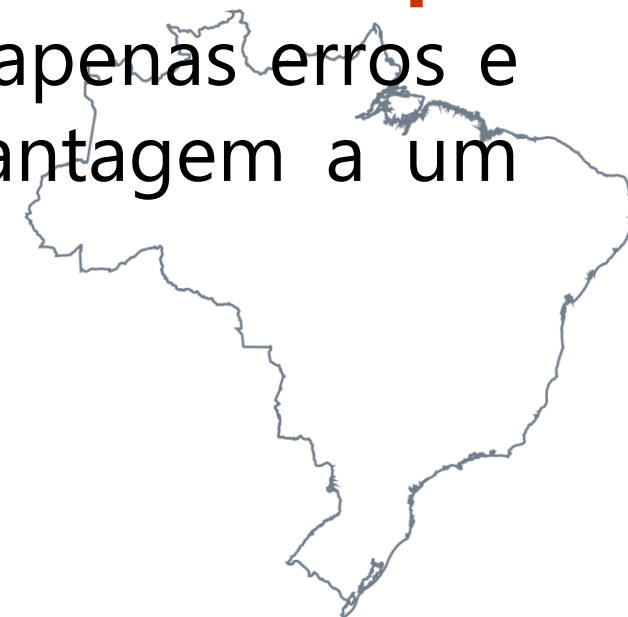
5.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, **que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade**, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.



Fiscalização Administrativa

Anexo VIII-B

1. A fiscalização administrativa, realizada nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, **poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos**, levando-se em consideração **falhas que impactem o contrato como um todo** e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.



Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**Obrigações
Previdenciárias**

Art. 71, §2º, Lei 8.666/93

**Responsabilidade
Solidária**

**Obrigações
Trabalhistas**

Art. 71, §1º, Lei n. 8.666/93

**Responsabilidade
Subsidiária**

**Súmula 331/TST
ADC 16
RE n. 760.931/DF – R.G.**

Gerenciamento de Risco Contratual

Art. 18. Para as contratações de que trata o art. 17, o procedimento sobre Gerenciamento de Riscos, conforme especificado nos arts. 25 e 26, **obrigatoriamente** contemplará o *risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.*

Conta Vinculada

Fato Gerador



PORTARIA 409/2016/MPDG

Art. 2º Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no edital, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços.

§ 2º É obrigatório que os instrumentos convocatórios e os contratos mencionados no caput contenham cláusulas que:

IV - prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

a) que os valores destinados para o pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias aos trabalhadores serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador; ou

b) que os valores para o pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, com movimentação somente por ordem da contratante.

IN n. 05 – Anexo VIII-B

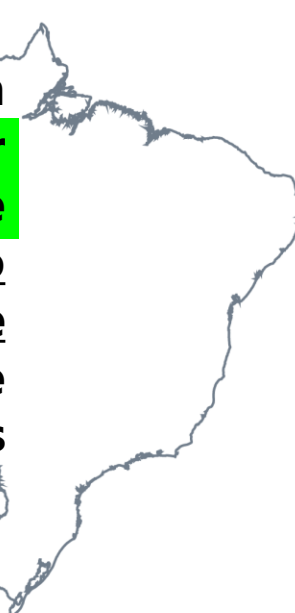
6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra **deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).**

7. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra **deverão oficial ao Ministério do Trabalho.**

Portaria n. 409/2016 – art. 2º

§ 3º **Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de que trata o inciso VI do § 2º, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.**

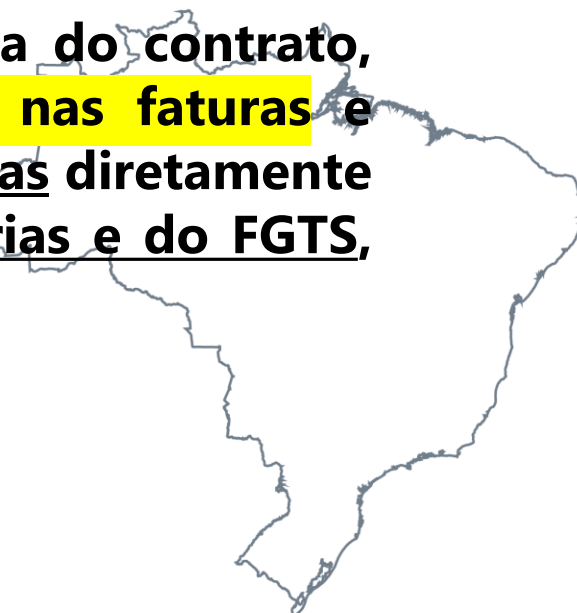
§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, e em **não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias**, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.



1.2. No caso da Conta-Depósito Vinculada (...)

c) a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F desta Instrução Normativa;

d) a obrigação da contratada de, no momento da assinatura do contrato, autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;



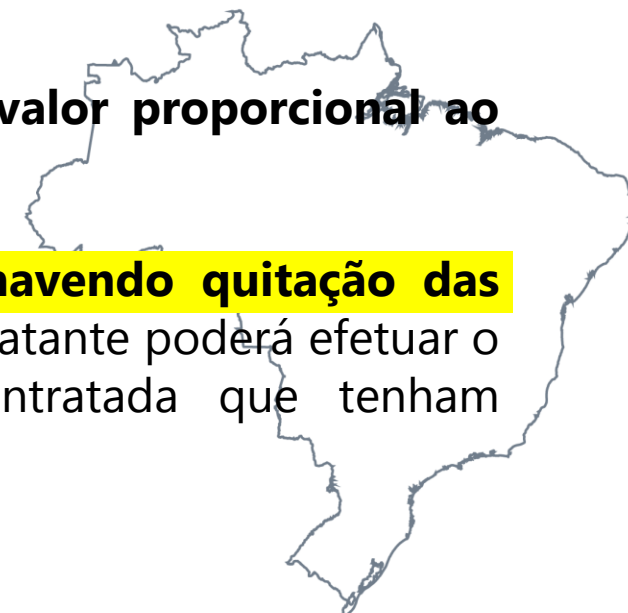
Art. 64. Quando da **RESCISÃO DOS CONTRATOS de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, o **fiscal administrativo** deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Art. 65. Até que a contratada comprove o disposto no artigo anterior, o órgão ou entidade **contratante deverá reter:**

I - **a garantia contratual**, conforme art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

II - **os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento**, até que a situação seja regularizada.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do caput, **não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias**, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

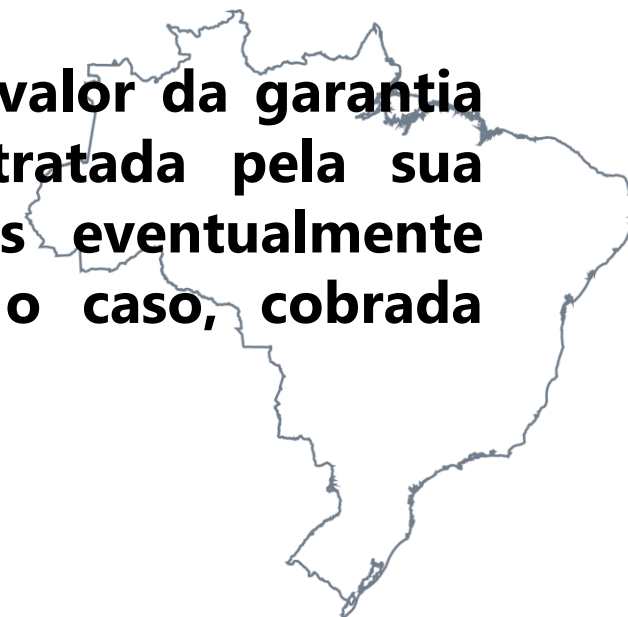


Art. 66. O órgão ou entidade poderá ainda:

I - nos casos de obrigação de **pagamento de multa pela contratada**, **reter a garantia** prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria; e

II - nos casos em que houver **necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração**, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, **reter os eventuais créditos existentes** em favor da contratada decorrentes do contrato.

Parágrafo único. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;



Tribunal de Contas da União

Nos serviços de natureza continuada, é lícita a previsão contratual de retenção pela Administração de pagamentos devidos à contratada em valores correspondentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas, relativas aos empregados dedicados à execução do contrato.

Plenário - [1671/2017 - Plenário](#)



Controle no INÍCIO da execução contratual: Anexo VIII-B – item 2.1 “a” e “b”; e 10.1

Relação completa dos profissionais

- CTPS

Exames médicos admissionais

- Regularidade Fiscal e Trabalhista + 30 dias



Controle DURANTE a execução contratual: comprovantes entregues quando solicitado pela Administração – Anexo VIII-B – item 2.1. “c”; item 9; e item 10.5

Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado

Folha de pagamento analítica E cópia de contracheques/depósitos de qualquer mês da prestação dos serviços

Comprovantes de entrega de benefícios suplementares

Controle quando da EXTINÇÃO do contrato: comprovantes entregues quando solicitado pela Administração – Anexo VIII-B – item 2.1. “d”;

Termos de rescisão dos contratos de trabalho homologados

Comprovante de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS

Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS

Exames médicos demissionais

Diretrizes – fiscalização administrativa – Anexo VIII-B, item 10

- ❑ Fiscalização Inicial > planilha-resumo do contrato + CTPS;**
- ❑ Fiscalização Mensal > documentos + SICAF + retenção tributária e previdenciária; (antes do pagamento da fatura)**
- ❑ Fiscalização Diária > amostragem = terceirizados + jornada de trabalho;**
- ❑ Fiscalização Procedimental > piso salarial + repactuação + férias, data base CCT, etc;**
- ❑ Fiscalização por Amostragem > FGTS; INSS = rodízio + efeito supressa.**



PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - ANEXO IV

Estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

Relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

Comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação

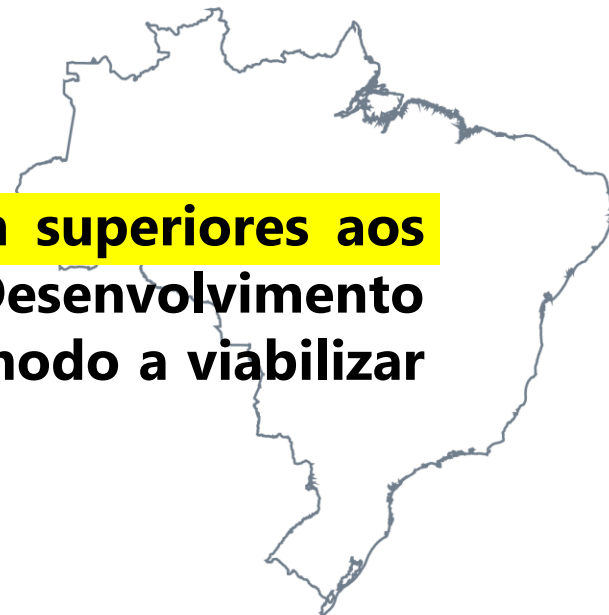
Prorrogação condicionada a instrução processual:

d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

4. A comprovação de que trata a alínea “d” do item 3 acima **deve ser precedida** de ***análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado*** de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais **VANTAJOSA** que a realização de uma nova licitação, **sem prejuízo de eventual negociação com a contratada** para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.

Serviços de limpeza e conservação

8. No caso da alínea “c” do item 7 acima **se os valores forem superiores aos fixados** pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, **caberá negociação objetivando a redução de preços** de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato.



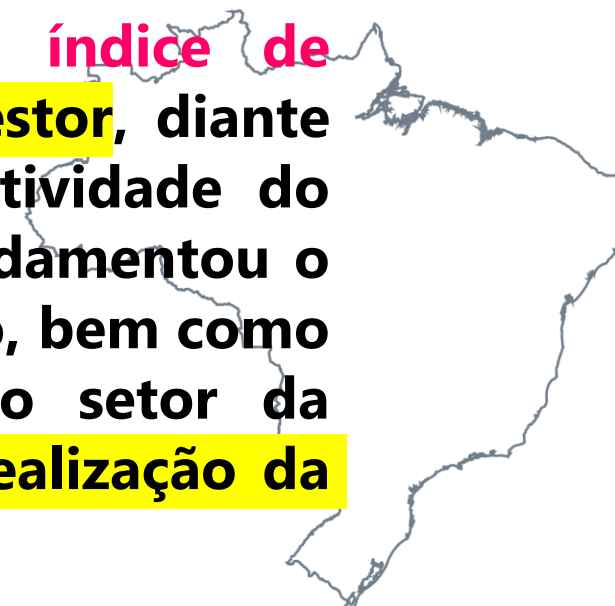
Dispensa de pesquisa de mercado e prorrogação contratual - MOE

- a) quando o contrato contiver previsões de que os **reajustes** dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados **com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei**;
- b) quando o contrato contiver previsões de que os **reajustes** dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em **índices oficiais**, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);
- c) no caso dos **serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância**, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

PARECER n. 00004/2018/CPLC/PGF/AGU

III. A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados com **dedicação exclusiva de mão de obra** estará assegurada quando houver previsão no ajuste dos requisitos previstos no item 7 do Anexo IX da IN nº 05/2017-SEGES/MP.

IV. A vantajosidade da prorrogação nos **contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra** estará assegurada quando houver **previsão contratual de índice de reajustamento de preços**, **o que não impede que o gestor**, diante das especificidades do contrato firmado, da competitividade do certame, da adequação da pesquisa de preços que fundamentou o valor de referência da licitação, da realidade de mercado, bem como da eventual ocorrência de circunstâncias atípicas no setor da contratação, **decida, de maneira fundamentada, pela realização da pesquisa de preços.**

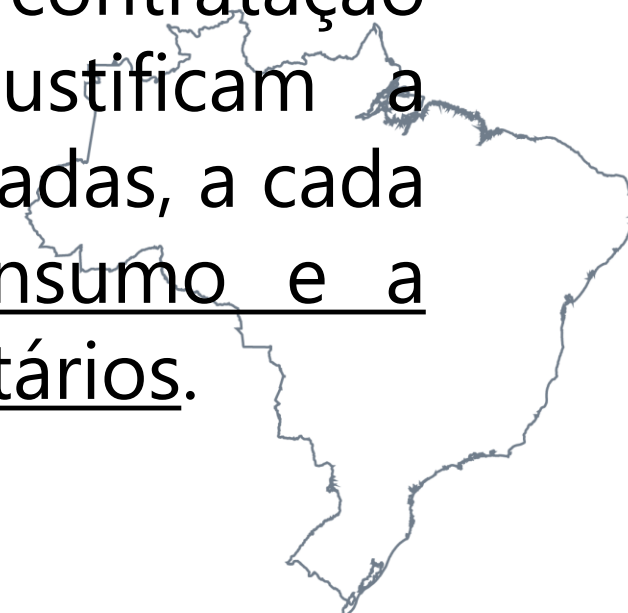


Possibilidade de negociação com a contratada - itens 4, 8 e 9:

- a) adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado;**
- b) redução dos preços dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância que sejam superiores aos fixados pela Secretaria de Gestão do MPDG; e**
- c) redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.**



1.1. O órgão ou entidade poderá estabelecer a **vigência por prazo indeterminado** nos contratos em que seja **usuária de serviço público essencial de energia elétrica, água e esgoto, serviços postais monopolizados pela empresa brasileira de correios e telégrafos e ajustes firmados com a imprensa nacional**, desde que no processo da contratação estejam explicitados os motivos que justificam a adoção do prazo indeterminado e comprovadas, a cada exercício financeiro, a estimativa de consumo e a existência de previsão de recursos orçamentários.

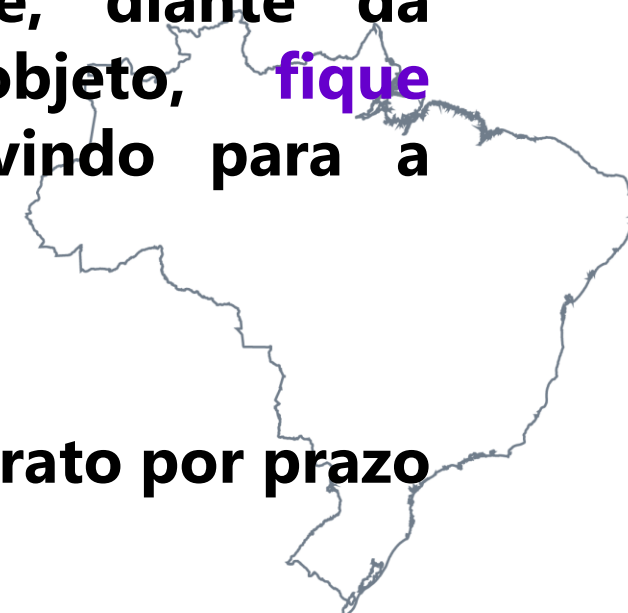


12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, **fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e**

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.



EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO



Equilíbrio Contratual

Revisão

- Reestabelecimento da relação inicial entre as partes

Reajuste

- Previsão de índices específicos ou setoriais

Repactuação

- Demonstração analítica da variação dos componentes dos custos

Art. 61. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

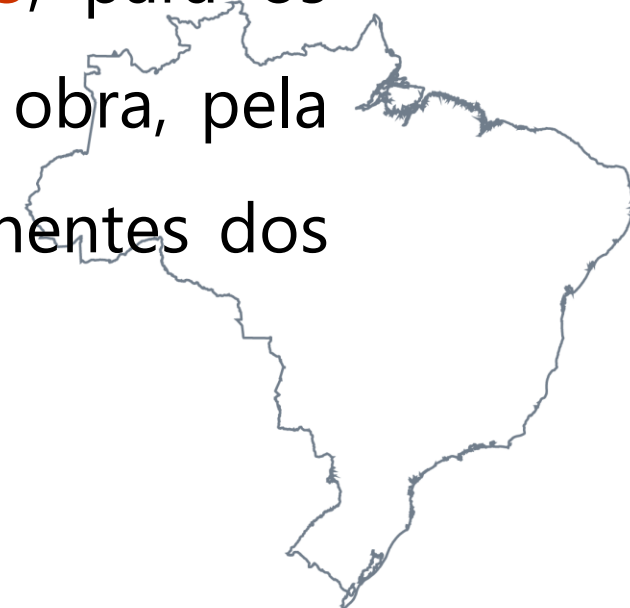
- ✓ Prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- ✓ O termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir;
- ✓ Contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste

Parecer n. 00001/2017/CPLC/PGF/AGU

I. A previsão do reajuste é sempre obrigatória, por força do disposto no inc. XI do art. 40 e no inc. III do art. 55 ambos da Lei de Licitações e Contratos, sendo uma falha grave sua omissão.

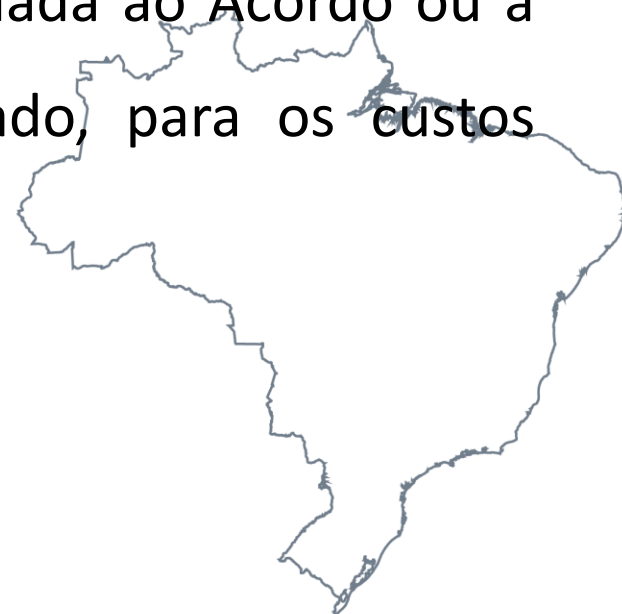


Orientação Normativa n. 23 da AGU: O edital ou o contrato de serviço continuado deverá indicar o critério de reajustamento de preços, sob a forma de **reajuste em sentido estrito**, admitida a adoção de **índices gerais, específicos ou setoriais, ou por repactuação**, para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

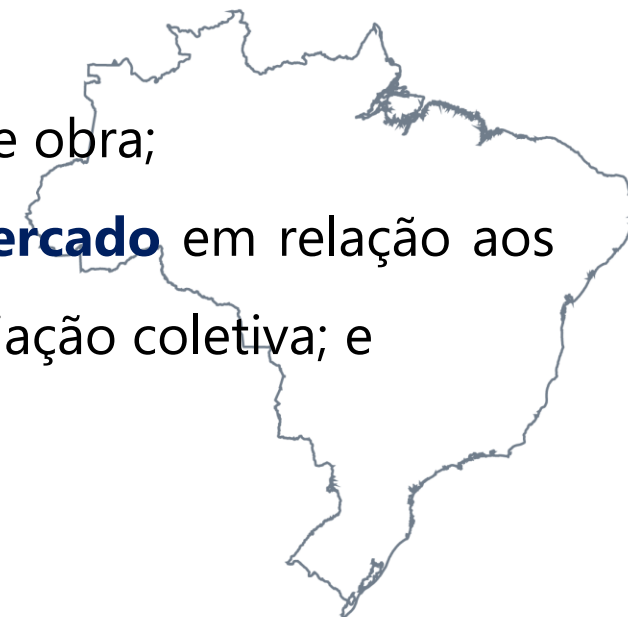


REPACTUAÇÃO

Forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para **serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra**, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no ato convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao Acordo ou à Convenção Coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

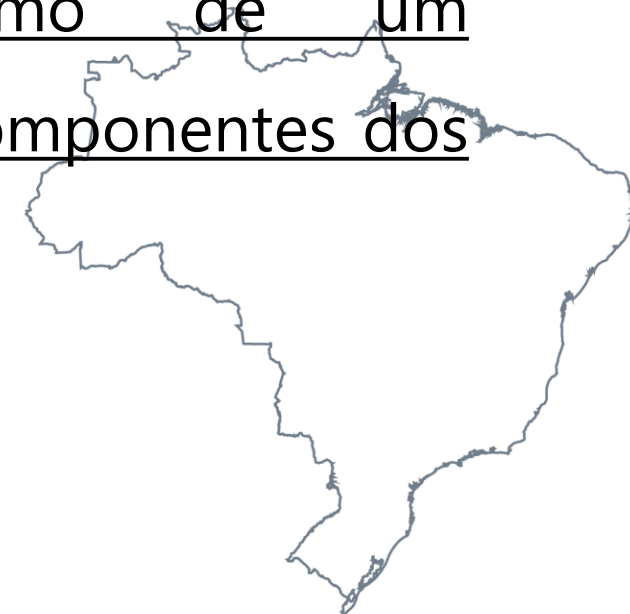


- I) serviços continuados** contratados com prazo de vigência igual ou superior a **doze meses**;
- II) previsão** no edital ou contrato;
- III) interregno mínimo de 1 (um) ano** a contar da data da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir ou dos efeitos financeiros da última repactuação;
- IV) requerimento** da contratada com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato;
- V) vigência retroativa** nos casos de revisão do custo da mão de obra;
- VI) preços** contratados **compatíveis** com os praticados no **mercado** em relação aos custos cuja majoração não decorrer dos instrumentos de negociação coletiva; e
- VII) disponibilidade orçamentária.**



Decreto n. 2.271/1997

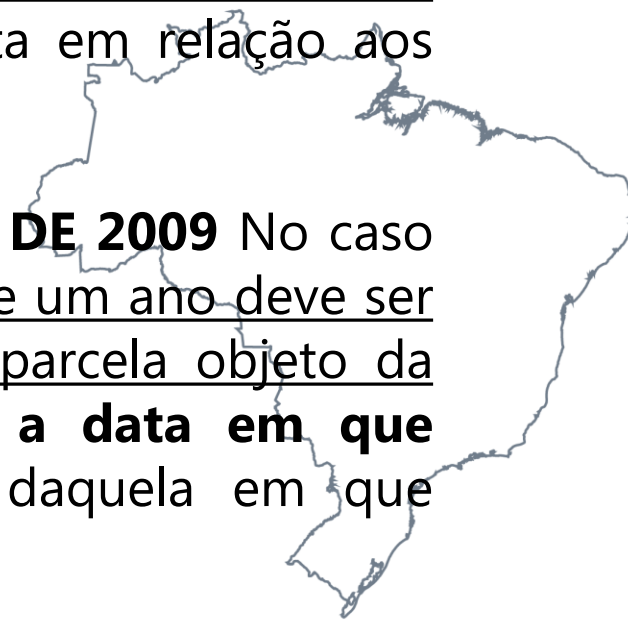
Art. 5º Os contratos de que trata este Decreto, que tenham por objeto **a prestação de serviços executados de forma contínua poderão, desde que previsto no edital, admitir repactuação** visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstrarão analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.



ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº- 23, DE 1º DE ABRIL DE 2009 O edital ou o contrato de serviço continuado deverá indicar o critério de reajustamento de preços, sob a forma de reajuste em sentido estrito, admitida a adoção de índices gerais, específicos ou setoriais, ou por **repactuação, para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.**

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº- 25, DE 1º DE ABRIL DE 2009 No contrato de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, o interregno de um ano para que se autorize a repactuação deverá ser contado da data do orçamento a que a proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº- 26, DE 1º DE ABRIL DE 2009 No caso das **repactuações subsequentes à primeira**, o interregno de um ano deve ser contado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. **Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros,** independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.



Parecer n. AGU/JTB 01/2008, segundo o qual "**e) quanto ao termo final para o contratado requerer a repactuação**, tem-se que a repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo certo que, se não o for de forma tempestiva, **haverá a preclusão do direito do contratado de repactuar**".



LC n. 73/1993 – Lei Orgânica da AGU

Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 1º **O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal**, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.



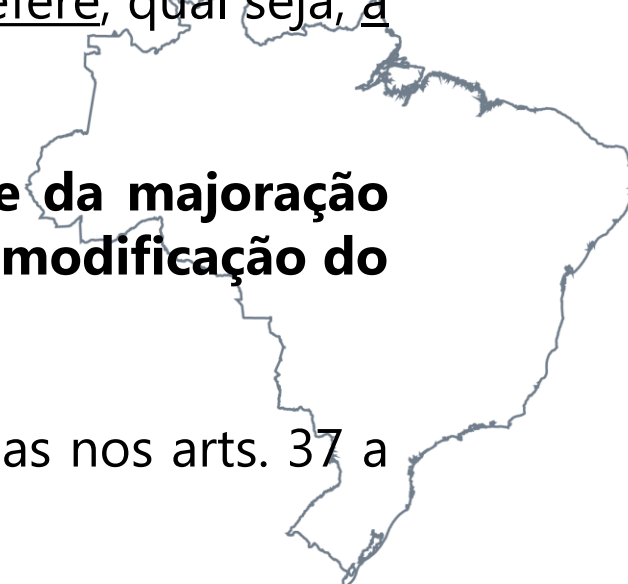
I - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão observar, nos processos de repactuação referentes a serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, quando envolver **reajuste do vale transporte**, as seguintes condições:

a) a majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de repactuação do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte;

b) o início da contagem do prazo de um ano para a primeira repactuação deve tomar como referência a data do orçamento a que a proposta se refere, qual seja, a data do último reajuste de tarifa de transporte público;

c) os efeitos financeiros da repactuação contratual decorrente da majoração de tarifa de transporte público devem vigor a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público; e

d) as regras de repactuação devem observar as disposições contidas nos arts. 37 a 41 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.



Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Art. 56. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

ART. 57. (...)

§ 4º As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.



Art. 59. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 60. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.



Desconformidade da Proposta

Art. 62. O fiscal técnico, na fase da execução contratual, ao verificar que houve **subdimensionamento da produtividade pactuada**, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade competente do setor de licitações para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 63. **A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta**, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O disposto no **caput** deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte.

§ 2º Caso o eventual equívoco no **dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante**, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Obrigado!!!

carlos.loureiro@agu.gov.br



@abinitiobureau

